

--- N.º 5/2016 ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.-----

--- Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte:-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

--- **Primeiro** – Informações do Senhor Presidente da Câmara Municipal Sobre a Atividade da mesma. (Grelha D)-----

--- **Segundo** - discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de definir em 5% a participação do município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Vila Nova de Famalicão, referente aos rendimentos do ano de 2017, tudo nos termos da respetiva proposta. (grelha d)-----

--- **Terceiro** – discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de lançamento de uma derrama de 1,2% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, relativa ao ano de 2016 e de isentar da derrama de IRC relativa ao ano de 2016, os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00 €, nos termos do n.º 4 do artigo 18º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha D)-----

--- **Quarto** – discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar no ano de 2016, cuja liquidação será em 2017, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha D)-----

--- **Quinto** – discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a assunção do compromisso plurianual relativo ao serviço de transportes públicos para o “Passe Sénior Feliz”, até ao montante global estimado de 230.000.00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

--- **Sexto** - discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a assunção do compromisso plurianual relativo à contratação de serviços de cópia e impressão, até ao montante global estimado de 432.000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

--- **Sétimo** - discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a assunção do compromisso plurianual relativo ao fornecimento de energia elétrica para diversas instalações municipais e instalações do programa aproximar, até ao montante global estimado de 2.121.000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**Oitavo** – discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização da Assunção do Compromisso Plurianual no montante global de 210.000,00€, para apoio à concretização de obras de melhoramento e substituição do relvado sintético e obras complementares, assim como, a construção de um edifício destinado a sanitários, arrumos e bar, à Associação Desportiva Ribeirão 1968 F. C., tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

--- **Nono** – discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização do Compromisso Plurianual no montante global de 316.000,00€, para contratação de serviços da faturação e gestão integrada dos serviços de abastecimento de água, tratamento de águas residuais e resíduos sólidos, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

--- **Décimo** - discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a celebração do contrato interadministrativo com as freguesias de Vermoim, Requião, Vilarinho das Cambas, União de Freguesias de Seide e União de Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos, para a Gestão e Fornecimento das Refeições Escolares aos alunos da educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico e gestão das verbas das participações familiares das atividades de animação e apoio à família da educação pré-escolar para os anos letivos 2016/2017 e 2017/2018, tudo nos termos de respetiva proposta. (Grelha E)-----

--- **Décimo Primeiro** - discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a alienação da parcela de terreno, com a área de 3384 metros quadrados, sita no lugar de Sinções, rua Barão de Joane, da União de Freguesias de Vila Nova de Famalicão e calendário, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

--- A Mesa, presidida por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e secretariada por Heitor Rui Santos Bernardo e Hélder Joaquim Fernandes Pereira, verificou a existência de "*quorum*" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

--- ADELINO SANTOS OLIVEIRA -----
--- AGOSTINHO SILVA VEIGA-----**FALTOU** -----
--- ALFREDO AUGUSTO AZEVEDO MORAIS LIMA -----
--- ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA-----
--- ANDRÉ FILIPE PINHEIRO MOREIRA COSTA -----
--- ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA -----
--- ANTÓNIO FERNANDO ABREU SOUSA-----
--- ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES-----
--- ANTÓNIO FERREIRA MATOS -----**FALTOU** -----
--- ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----
--- ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA-----
--- ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----
--- ARTUR JOAQUIM ARAÚJO SILVA CASTRO-----**FALTOU** -----
--- AVELINO ALMEIDA MACAHADO SILVA REIS -----
--- AVELINO FREITAS SILVA -----
--- BRUNO SILVA CAMPOS-----
--- CARLA SOFIA SANT'ANA AFONSO R. FARIA-----
--- CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES-----
--- CARLOS ALBERTO COSTA GOMES-----
--- CARLOS FERNANDO SILVA CARVALHO -----
--- CÉLIA CRISTINA MAIA MENESES CASTRO -----
--- DELFIM FERNANDO MACHADO ABREU -----
--- DOMINGOS SOUSA COSTA-----
--- FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA-----
--- FERNANDO RIBEIRO MONIZ -----
--- FIRMINO VILA VERDE COSTA -----
--- GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----
--- HEITOR RUI SANTOS BERNARDO -----
--- HELDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA -----
--- HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO -----

--- JOÃO CARLOS FERREIRA MACHADO -----
--- JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA -----
--- JOÃO PEDRO SAMPAIO ARAÚJO -----
--- JOAQUIM ALMEIDA SANTOS SILVA -----
--- JOAQUIM CARVALHO GRANJA SILVA -----
--- JOAQUIM MARTINS RODRIGUES -----
--- JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----
--- JOSÉ CARLOS REIS CAMPOS -----
--- JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----
--- JOSÉ JOAQUIM BRANDÃO CASTRO FERREIRA -----
--- JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES -----
--- JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA -----
--- LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA -----
--- LURDES OLIVEIRA FERNANDES -----
--- MANUEL AZEVEDO SILVA ----- **FALTOU** -----
--- MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----
--- MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----
--- MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO -----
--- MANUEL OLIVEIRA SANTOS -----
--- MANUEL SILVA ALVES -----
--- MARIA ADELINA ORTIGA CASTRO -----
--- MARIA ESPERANÇA DIAS F. OLIVEIRA -----
--- MARIA ESTELA SA VELOSO CARDONA -----
--- MARIA JOSÉ FERNANDES BARBOSA -----
--- NUNO ANDRÉ ARAÚJO SANTOS REIS SÁ -----
--- PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO -----
--- PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA MOREIRA SILVA -----
--- PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----
--- PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----
--- PAULO JORGE LOPES COELHO -----

--- PAULO MANUEL MARQUES COSTA -----
--- RAQUEL ALMEIDA PINTO-----
--- RAUL DUARTE AGUIAR TAVARES BASTOS-----
--- RITA ISABEL AZEVEDO SOUSA CRUZ-----
--- RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES LIMA -----
--- RUI MANUEL GUIMARÃES RODRIGUES-----
--- RUI PEDRO PACHECO ALVES-----
--- TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA -----
--- VITOR TORRES PEREIRA -----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – informou que o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Nuno Melo, não estava presente por motivos profissionais. Nesse sentido, solicitou ao grupo municipal do CDS-PP a indicação de um dos seus membros para completar a Mesa da Assembleia.-----

--- Deu conhecimento das adjudicações relativas à assunção de encargos plurianuais seguintes: -----

--- LIBWARE – Tecnologias de Informação e Documentação, Lda – aquisição de contrato de manutenção do sistema GIB e GEAD, cuja adjudicação contempla a assunção de compromisso de despesa durante os anos económicos de 2016 e 2017. -----

--- DESIGNA – Designe Publicidade, Lda – aquisição de serviços de implementação da plataforma de gestão de bilheteira *online* para a Casa das Artes, cuja adjudicação contempla a assunção de compromisso de despesa durante os anos económicos de 2016, 2017, 2018 e 2019.-----

--- ARRIVA PORTUGAL – Transportes, Lda – prestação de serviços de transporte dos alunos do 1.º CEB para a EB do Louro, Mouquim e Lemenhe (Centro Escolar), cuja adjudicação contempla a assunção de compromisso de despesa durante os anos económicos de 2016 e 2017. -----

--- NS – NOVA SAÚDE PARCERIAS, S.A. – prestação de serviços de Medicina Desportiva e Diagnóstico no Famalicão em Forma, cuja adjudicação contempla a assunção de compromisso de despesa durante os anos económicos de 2016, 2017, 2018 e 2019. -----

--- ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE V. N. DE FAMALICÃO – garantir o normal e regular transporte dos cidadãos com mobilidade reduzida, ou com deficiência no decurso de 1 ano, cuja adjudicação contempla a assunção de compromisso de despesa durante os anos económicos de 2016 e 2017. -----

--- XZ Consultores, S. A. – implementação do Sistema de Gestão de Qualidade para a Casa da Juventude, Armazéns e Metrologia, cuja adjudicação contempla a assunção de compromisso de despesa durante os anos económicos de 2016 e 2017. -----

--- Deu também conhecimento do concurso público para aquisição de serviços de Medicina Desportiva e Diagnóstico à População Famalicão em Forma, bem como a atribuição do apoio não financeiro às freguesias. -----

--- Colocou à discussão e votação as atas da Assembleia Municipal de 30/06/2016 e 15/07/2016. -----

--- Não havendo inscrições para discussão, passou-se de imediato à sua votação: -----

--- ***Posta à votação a ata da sessão da Assembleia Municipal de 30/06/2016, foi a mesma aprovada por unanimidade.*** -----

--- ***Posta à votação a ata da sessão da Assembleia Municipal de 15/07/2016, foi a mesma aprovada por unanimidade.*** -----

--- Deu conhecimento da entrada na Mesa de sete documentos, sendo duas moções da CDU, um voto de recomendação, dois votos de congratulação e um voto de pesar do PSD e um voto de pesar do Partido Socialista. -----

--- Referiu que tendo aqueles votos de pesar o mesmo carater substancial, se nenhum dos partidos se opusessem, a Mesa unificava aqueles votos. Depois de ouvidos os dois partidos, ficou decidido que o PSD retirava o seu voto, solidarizando-se com o voto apresentado pelo PS, fazendo daquele voto um voto conjunto. -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – fez a leitura de uma moção que é do seguinte teor: -----

--- “A implantação da República em 1910 é um importante marco da história e da luta do povo português que importa assinalar. -----

--- A Primeira República foi proclamada por cidadãos, agrupamentos e organizações progressistas e vanguardistas dentro do espectro político-social português, com o apoio incondicional e fundamental das camadas populares da cidade de Lisboa, que animou e encorajou os hesitantes.-----

--- O Povo e as suas estruturas, como sempre ao longo da história de Portugal, foram a alavanca de sucesso da Revolução. Quando a mesma parecia condenada ao fracasso, com o suicídio de Cândido dos Reis, foi o Povo que, assumindo a bandeira da República, resistiu e saiu vitorioso. -----

--- Não podemos esquecer a componente militar do movimento republicano triunfante em Outubro de 1910, composta por elementos do Exército e da Armada, da classe de oficiais, sargentos e praças. Aliás, este amplo movimento contou com a ação de centenas de revolucionários civis, o que permitiu derrotar uma monarquia claudicante aos interesses de uma minoria e em clara desagregação, incapaz de dar resposta aos desafios do início do Século XX. -----

--- Todos os que honraram o ideal republicano e por ele lutaram e morreram, bebendo as máximas da Revolução Francesa de 1789, merecem o nosso respeito e memória-----

--- Na Constituição de 1911, foram finalmente abolidos muitos privilégios e criadas condições para que se promovesse o acesso à educação e ao emprego, contribuindo para diminuir as assimetrias entre ricos e pobres. A separação da Igreja do Estado foi concretizada. O registo civil foi tornado obrigatório. Os problemas de habitação nas principais cidades foram enfrentados. Na Educação deram-se avanços significativos, erigiram-se novas escolas e dignificou-se a classe de professores. -----

--- A proclamação da República Portuguesa foi sem dúvida o primeiro grande marco da causa da Liberdade no Portugal do Século XX, apesar dos limites e das incapacidades no cumprimento dos mais puros ideais republicanos que se verificou nos anos seguintes. -----

--- Os ideais republicanos aprisionados durante a ditadura fascista (1926/1974) permaneceram vivos na memória do Povo Português como ato de libertação e as comemorações do 5 de Outubro transformaram-se em jornada de luta, inserida na torrente que abriu caminho à Revolução de Abril e que finalmente cumpriu objetivos libertadores que a revolução republicana não soube ou não pôde cumprir. -----

--- As datas marcantes da História de Portugal, respeitantes à sua independência ou à sua libertação de regimes opressores, devem ser respeitadas, devendo ser assinaladas como dias feriados, incentivando-se o conhecimento do seu significado, em especial junto da Juventude.-----

--- A eliminação de datas festivas da nossa memória coletiva, inserida numa lógica de retirada de direitos protagonizada pelo governo PSD-CDS, em especial a de 5 de Outubro, configurou uma inaceitável descaracterização da República e da Democracia, tal como se encontram definidas na Constituição da República Portuguesa saída da Revolução de 25 de Abril de 1974.-----

--- A Assembleia Municipal de V. N. Famalicão, reunida a 30 de Setembro de 2016, delibera:-----

--- 1— Expressar a importância das comemorações do 5 de Outubro de 1910, como momento de afirmação dos valores republicanos e democráticos.-----

--- 2— Saudar a reposição do 5 de Outubro como feriado nacional.”-----

--- Fez a leitura de uma moção que é do seguinte teor:-----

--- “Comemora-se amanhã, dia 1 de Outubro, o Dia Internacional da Pessoa Idosa. Instituído pela ONU em 1991, com o objetivo de sensibilizar a sociedade para as questões do envelhecimento, designadamente a proteção e cuidados de saúde que tanto necessita a população idosa, esta data não pode deixar de ser assinalável tanto mais que o que muito vemos à nossa volta é o aproveitamento que fazem desta camada etária para servir de mercado a organizações particulares, aspeto que não podemos deixar de condenar. -----

--- Os Idosos devem-nos merecer respeito e apoio, devem ser tratados com dignidade, atenção e carinho, permitindo-se-lhes uma vida tranquila e o mais saudável possível, atentas as suas diversas vulnerabilidades e fragilidades. -----

--- Para marcar esta data de forma simbólica, a Assembleia Municipal de V. N. de Famalicão, reunida em 30/09/2016, saúda todos os idosos deste concelho e delibera, recomendando à Câmara Municipal:-----

--- Que o Passe Sénior instituído se torne gratuito para todos os idosos residentes em V. N. Famalicão, a fim de usufruírem de um instrumento que lhes possibilite uma deslocação tranquila, designadamente às unidades de saúde, efetuar visitas a familiares e amigos, locais

de convívio, diversão, lazer, desporto e cultura deste concelho, ou seja, um contributo para um futuro mais inclusivo.” -----

--- **FIRMINO COSTA (PSD)** – apresentou um voto de recomendação que é do seguinte teor: -----

--- “A JSD de Vila Nova de Famalicão, através do Grupo Municipal do PSD vem pelo presente Voto recomendar a implementação de um programa que incentive e potencie a participação dos mais jovens na gestão pública do Concelho de Vila Nova de Famalicão. ----

--- Esta recomendação tem por base uma iniciativa realizada pela JSD, denominada “Impulsiona Famalicão”, que tinha por objetivo envolver as diversas associações jovens na discussão de ideias para o futuro do Concelho. Esta iniciativa revelou uma predisposição dos jovens para o pensamento cívico e para a reflexão da vida pública, onde surgiram contributos com elevado qualidade e com potencial de implementação. -----

--- Após esta iniciativa a JSD sentiu que é dado o momento do Município de Vila Nova de Famalicão adotar o Orçamento Participativo Jovem, dando assim a possibilidade aos jovens, enquanto agentes de mudança de futuro, de se envolverem no processo de decisão sobre o investimento municipal, assegurando que este venha a corresponder às necessidades e expectativas próprias e às manifestadas pela população no seu meio envolvente, tendo em conta as suas opiniões e contributos. -----

--- A proposta que apresentamos assente em objetivos como: -----

--- Maior aproximação das políticas públicas às necessidades dos jovens;-----

--- Potenciar o exercício de uma cidadania participativa, ativa e responsável para reforçar a credibilidade das instituições e a qualidade da própria democracia; -----

--- Incentivar a interação entre eleitos, técnicos municipais e os cidadãos na procura de soluções para melhorar a qualidade de vida no Concelho. -----

--- Um Município deve assegurar aos jovens a possibilidade de darem os seus contributos, assim como, de os desafiar a construírem um futuro em conjunto. Uma sociedade ativa e participativa é um princípio basilar para uma evolução positiva das comunidades locais.”-----

--- **GERMANO ARAÚJO (PSD)** - fez a leitura de um voto de congratulação que é do seguinte teor: -----

--- “A bancada do Partido Social Democrata, vem propor à Assembleia Municipal de Vila Nova Famalicão um voto de congratulação ao projeto “Famalicão Made IN”, por mais uma menção honrosa nos Prémios Europeus de Promoção Empresarial, na categoria Desenvolvimento do Ambiente Empresarial, iniciativa da Comissão Europeia que visa distinguir as melhores práticas de promoção do empreendedorismo na Europa. -----

--- O Famalicão Made IN é assim um projeto que o país reconhece e premeia, cada vez mais. Em junho de 2016 o Município de Vila Nova de Famalicão foi considerado o Município do Ano 2016 da Região Norte graças ao Famalicão Made IN, num prémio atribuído pela Universidade do Minho. -----

--- Trata-se de um ambicioso e diferenciador projeto de afirmação territorial que procura valorizar e promover a genética empreendedora, captar novos investimentos e auxiliar os empresários no desenvolvimento de projetos empresariais.” -----

--- **PAULA DOURADO (PSD)** – fez a leitura de um voto de congratulação que é do seguinte teor: -----

--- “O Monsenhor Joaquim Fernandes nasceu a 6 de setembro de 1916, na freguesia de Mouquim. -----

--- Foi ordenado sacerdote a 8 de julho de 1945 e celebrou Missa Nova a 12 de julho de 1945 na Igreja Paroquial do Louro, onde residia com os pais, após a conclusão do Curso de Filosofia e Teologia, no Seminário Conciliar de Braga. -----

--- A sua atividade pastoral foi vivida por momentos marcantes. Em 1950 foi designado pároco de Famalicão, ascendendo em 1954 ao cargo de Arcipreste. Em 1972, o Arcebispo Primaz de Braga, D. Francisco Maria da Silva, nomeou-o Cónego da Sé de Braga e Vigário Episcopal de Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende, Póvoa de Varzim e Vila do Conde. Em 1997, o Papa João Paulo II atribuiu-lhe o título de Monsenhor. -----

--- Em 1998, com 84 anos de idade e 52 de atividade pastoral, resignou e foi viver para a Casa de Montalvão, em Mouquim. -----

--- Foi o principal responsável pela criação de uma nova centralidade na cidade com a edificação da Igreja Matriz Nova, do Centro Pastoral e Cívico, da Residência Paroquial, das novas instalações da Creche Mãe e do restauro da Capela da Lapa com vista à instalação do Museu de Arte Sacra. -----

--- Foi também o responsável por obras de reabilitação da Igreja Matriz Velha. -----

--- No domínio da solidariedade social, deu um grande impulso na consolidação da Creche Mãe, criando um pólo desta instituição em Mões. -----

--- No domínio espiritual, teve um papel de destaque no relançamento da Semana Santa, na dinamização da pastoral da Igreja Católica e na renovação do catecismo nacional. -----

--- Desempenhou cargos diretivos em diversas instituições locais, tendo igualmente sido Capelão dos Bombeiros Voluntários Famalicensenses. -----

--- Como reconhecimento do seu papel valioso na prossecução do bem comum, o Monsenhor Joaquim Fernandes foi agraciado duas vezes pelo Município de Vila Nova de Famalicão com Galardões Municipais a saber em 1970 Medalha de Honra do Município e em 1995 Título de Cidadão Honorário do Município. -----

--- A vida longa deste Famalicense felizmente propiciou que ainda em vida visse reconhecido o seu forte envolvimento com a comunidade famalicense alimentado pelo elevado sentido de livre e participativa cidadania que sempre o orientou. -----

--- Pelo exposto, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal delibere: -----

--- 1. Aprovar o voto de congratulação pelo centésimo aniversário do nascimento do Monsenhor Cónego Joaquim Fernandes; -----

--- 2. Dar conhecimento do presente voto de congratulação ao próprio. -----

--- **VITOR PEREIRA (PS)** - fez a leitura de um voto de pesar que é do seguinte teor:-----

--- “Faleceu no passado dia 11 de Setembro o nosso conterrâneo Domingues Azevedo.-----

--- Um grande Homem, um homem bom. Um homem que deixa saudades para além de um inegável legado ao nosso país. -----

--- O seu exemplo ficará para sempre guardado nos nossos corações e na nossa memória.-----

--- Estamos perante um homem que se fez a si próprio. De origem humilde, soube, através do seu incansável trabalho e espírito de sacrifício, construir uma vida exemplar, cheia de grandes vitórias, de grandes feitos. -----

--- António Domingues de Azevedo nasceu em Fradelos, Vila Nova de Famalicão, em 1950. Foi deputado à Assembleia da República durante três mandatos, entre 1983 e 1995, integrando sempre a Comissão Parlamentar de Economia e Finanças.-----

--- Liderava, há 20 anos, os destinos da entidade reguladora da profissão de Técnico Oficial de Contas,-----

--- Foi Autor do projeto-lei que regulamentou a profissão de Técnico Oficial de Contas. E presidiu à Associação dos Técnicos Oficiais de Contas, depois à Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, depois ainda à Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e finalmente à Ordem dos Contabilistas Certificados. Tendo sido, portanto, o primeiro Bastonário da história da profissão. -----

--- Foi ainda Presidente do Comité de Integração Latino Europa – América (CILEA) desde 2015, tendo ocupado uma vice-presidência a partir de 2007. -----

--- Em 2011 foi agraciado com o título de especialista “Honoris Causa” pelo Instituto Politécnico de Lisboa -----

--- Era frequentemente solicitado para prestar depoimentos em temas relacionados com matérias fiscais, sendo conhecidas de todos as suas colaborações com a rádio e a televisão, onde se afirmou como grande defensor da transparência e da justiça fiscal. -----

--- Por fim, impõe-se recordar o seu papel enquanto deputado da Assembleia Municipal de V. N. de Famalicão que Domingues Azevedo tão bem soube desempenhar e que muito honra este órgão e esta autarquia. -----

--- Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia de Municipal delibere:

--- 1 - Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento do Senhor Bastonário Domingues Azevedo, guardando um minuto de silêncio em sua memória; -----

2 - Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar”. -----

--- **HUGO SAMPAIO (PS)** – disse: -----

--- “Relativamente ao voto de congratulação apresentado aqui pela JSD, o grupo municipal do Partido Socialista vai votar favoravelmente. E vai votar favoravelmente porque vem de encontro daquilo que temos defendido nos últimos anos. Porque temos um Conselho Municipal de Juventude fechado, que não funciona, pouco participativo e que não representa os jovens do concelho. -----

--- Temos uma rede associativa que não funciona e, prova disso, é este voto. E por ser uma proposta que se harmoniza com a nossa proposta eleitoral de 2013 acerca do orçamento participativo, efetivamente iremos votar a favor.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse:-----

--- “Relativamente às moções da CDU, claro que saudamos as comemorações e o restabelecimento do feriado do 5 de outubro e subscrevemos praticamente todos os argumentos apontados pela CDU.-----

--- Também nos parece muito válida esta moção de instituir a gratuidade do Passe Sénior em Famalicão e manifestamente útil para um segmento cada vez mais considerável da sua população, portanto também iremos votar favoravelmente.-----

--- Relativamente ao voto de recomendação do PSD/JSD, nós Bloco de Esquerda, já manifestamos aqui que haveria toda a vantagem em ser instituído o orçamento participativo *tout court* independentemente da condição etária do orçamento. Claro que haverá esta segmentação do orçamento participativo jovem, mas penso que pelo menos poderá ser uma forma de encontrar virtualidades a esta forma de participação cívica, e se os jovens crescem e envelhecem, mais cedo ou mais tarde o orçamento participativo será uma realidade neste município.” -----

--- **PAULO COELHO (CDS-PP)** – disse:-----

--- “Quanto à moção da CDU relativamente ao 5 de outubro, feriado nacional repostado, como já tinha dito aqui, há não muito tempo, a CDU já nos habituou a este *modus operandi* de injetar ideologia radical em propostas aparentemente inócuas e consensuais que vem envenenadas à partida, e eu refiro-me particularmente neste caso ao parágrafo em que eles referem, ao último parágrafo da proposta. Por isso é assim, nós vamos votar contra isto, se a CDU retirar este parágrafo que refere: “A eliminação de datas festivas da nossa memória coletiva, inserida numa lógica de retirada de direitos protagonizados pelo governo PSD-CDS...”, se retirarem este parágrafo, nós votamos a favor, assim votamos contra.-----

--- Em relação à moção da CDU também do dia 1 de outubro, dia internacional da pessoa idosa, a Câmara Municipal tem tido uma política absolutamente abrangente e completa em relação aos idosos, à terceira idade e, nesse sentido, não recebe lições de ninguém, neste

caso não vemos muito sentido corretivo ou que acrescente nada de novo, por isso, em relação a esta matéria vamo-nos abster. -----

--- Em relação ao voto de recomendação do PSD/JSD vamos votar a favor.-----

--- O Famalicão Made IN vamos votar a favor. -----

--- Também nos associamos ao PSD no voto de congratulação do centésimo aniversário do nascimento do Monsenhor Joaquim Fernandes, e associamo-nos ao voto de pesar pelo falecimento do senhor Domingues Azevedo.”-----

--- **FIRMINO COSTA (PSD)** – disse:-----

--- “Quanto ao voto de recomendação da JSD através do grupo municipal, agradado também por se ver que o grupo municipal do PS votará favoravelmente, ficam obviamente os jovens do concelho de Famalicão a ganhar. Agora teria que deixar obviamente aqui duas notas relativamente a algumas considerações que aqui foram deixadas:-----

--- Em primeiro lugar, se o Conselho Municipal de Juventude existe neste concelho, é graças a este atual executivo PSD/CDS-PP que o continua a manter e faz todos os esforços para o mesmo continuar a existir naquilo que é a tentativa do contributo juvenil junto deste município.-----

--- Segundo, dizer muitas vezes que se o movimento juvenil não está ativo, ou se o movimento juvenil pode não estar a trabalhar, custa às vezes ir lá fora, por certo, os movimentos juvenis não gostariam por certo ouvir aqui alguns destes considerandos, porque vejamos como é que trabalha o município de V. N. de Famalicão junto das associações dos juvenis, e vejamos acima de tudo como estas associações juvenis trabalham e comprometem-se junto da população, principalmente dos mais jovens, para fazer cumprir aquilo que são os desígnios da sua participação ativa jovem.”-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Eu nem sei às vezes o que dizer face a determinadas afirmações, mas enfim, o concreto, o facto é que foi na altura do governo PSD/CDS-PP que este feriado foi retirado, ou não foi? Ou quererão certamente que se passe por cima de tudo isto, passando uma esponja, ponto final e não se fala nisto? Era o que faltava! A reposição do feriado, de facto foi uma conquista em 4 de outubro, nas últimas eleições, que permitiu de facto repor um conjunto de feriados e um conjunto de direitos que o PSD retirou e portanto nós estamos cá é para nos

congratularmos com o dia 5 de outubro, não só porque naturalmente é feriado, mas também para o comemorar! É disso que se trata, mas certamente para não deixar passar em claro que foi o PSD/CDS-PP então governo, que o retirou. A não ser que seja um tanto ou quanto algum preconceito ideológico nesta matéria! É que nós não temos nenhum preconceito ideológico em votar a favor desta moção em que a juventude pretende participar no orçamento eu acho muito interessante isso, mas não é só, podemos ir mais longe! Portanto, nós não temos qualquer tipo de preconceito, pelos vistos são vocês que têm!”-----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – disse: -----

--- “Também para deixar nota daquilo que é o sentido de voto do grupo municipal do PSD sobre duas propostas da CDU, concretamente é aquela que temos vindo a discutir que é o 5 de outubro.-----

--- Senhor deputado Domingos Costa, naturalmente que o que aqui estamos a votar são as conclusões, mas as conclusões não podem ser desligadas dos considerandos que aqui são feitos, e o considerando que V.^a Exa aqui fez nesta moção, não corresponde à verdade. É verdade que os feriados foram retirados, mas foram retirados por quê, senhor deputado? Porque o país era rico, vivia bem, não havia austeridade e não havia um programa de ajustamento em curso. Não estava cá a *Troika*. De facto nós éramos um país totalmente livre até em matéria orçamental. E, por isso foi: estes sacanas do PSD, tiram-nos tudo! Estas conquistas democráticas, aqueles malvados estão aqui só para fazer mal. Oh Senhor deputado ninguém acredita nisso, nem sequer o Partido Comunista! -----

--- Quanto à segunda nota e por isso ou retira este parágrafo, ou naturalmente votamos contra. -----

--- Quanto à segunda moção da CDU relativamente ao Passe Sénior Feliz, olhe é um bom motivo trazer cá esta proposta, é o reconhecimento que vossas excelências nunca fizeram da bondade da iniciativa da Câmara Municipal! Finalmente o Partido Comunista acordou para esta medida de natureza social e de natureza de mobilidade social e mobilidade urbana, que antes nunca quis falar! E antes quando a Câmara comparticipa, e a Câmara já comparticipa em mais de 50%, posso-lhe dizer que a Câmara comparticipa em 7,83 €, quando o passe sénior, quanto o cidadão que dele beneficia é 7,73 €. Por isso é um esforço que a Câmara faz, muito superior àquele que faz o seu utente e naturalmente se insere naquela política

social e numa medida de natureza social como eu aqui referi e que vossas excelências não reconheceram, mas que agora já reconhecem.”-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “ Senhor deputado, não é a primeira vez que dizemos, por exemplo, em relação à questão dos transportes gratuitos que esta Câmara Municipal o tem feito e bem, e nós temos reconhecido, tem sido de facto uma mais-valia para todo o concelho no que diz respeito aos alunos, assim como também em relação, já agora, à questão das refeições escolares. Ora, nós pensamos que isto é benéfico para toda a população escolar, tal como também é benéfico para a população da terceira idade, se lhe for atribuído, não só já o passe sénior que existe, mas também a sua total gratuitidade neste ato concreto em que comemoramos o dia 1 de outubro, que queremos assinalá-lo, prestando-lhes tal gesto a título simbólico, porque não sai tão caro assim ao município custear este passe na totalidade, as contas estão mais ou menos feitas, portanto não é por aí que o município tem qualquer tipo de problema. Chegou este momento, em algum momento tinha que surgir! O PSD também só agora é que apresentou aqui uma proposta relativamente à questão do orçamento participativo para os jovens! E, contudo já aqui foi sinalizada esta questão! Ou seja, não será tarde demais num determinado momento em que se assinala uma data destas, propor que a Assembleia se pronuncie favoravelmente um benefício, que é um gesto no fundo, no sentido até que as próprias pessoas da terceira idade usufruam disto; que é a possibilidade sem dúvida, de irem aos centros de saúde, de usufruírem da cultura, de visitarem os museus, porque esta população que está envelhecida, se calhar nunca teve a possibilidade de o fazer antes, porque os custos de sete euros também contam! Portanto, muitos deles não terão o passe sénior, ou mesmo até admito que não há o incremento nesse sentido, e é importante que sendo a gratuitidade uma forma de incrementar a mobilidade desta gente, há também a possibilidade de o próprio município ficar mais gratificado pelo facto de ter mais visitas, haver mais visitas aos museus, aos espaços de lazer, etc. Portanto, nesse aspeto nós não temos preconceito ideológico e estamos de acordo com a existência desse passe sénior. Agora o que pensamos também é que não podemos retirar nem uma vírgula em relação ao feriado que foi cortado e que agora foi repostado felizmente.” -----

--- **HUGO SAMPAIO (PS)** – disse: -----

--- “ Ainda acerca do voto de recomendação da JSD, mais uma vez reafirmamos que vamos votar a favor, concordamos com ele, até porque, ao longo destes anos todos, todas as propostas apresentadas pelo Partido Socialista que iam ao encontro do orçamento participativo, sempre foi chumbada pelo PSD e pelo CDS! Mas, mais uma vez, gostava de referir que isto não é nenhum complexo ideológico, porque Braga já o faz e faz muito bem.-

--- Gostaria de deixar só esta nota que é um bom princípio, principalmente serem apresentados por jovens que têm sido esquecidos, mais uma vez no CMJ, na rede, e é um primeiro passo.”-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE À SAUDAÇÃO DA REPOSIÇÃO DO DIA 5 DE OUTUBRO COMO FERIADO NACIONAL, FOI A MESMA REJEITADA, COM QUARENTA E SETE VOTOS CONTRA, QUINZE A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES.** -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE A SER INSTITUÍDO DE FORMA GRATUITA O PASSE SÉNIOR, FOI A MESMA REJEITADA, COM QUARENTA E OITO VOTOS CONTRA E DEZASSEIS A FAVOR.** -----

--- **POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE RECOMENDAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD, RELATIVAMENTE AO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE.**-----

--- **POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD RELATIVAMENTE AO FAMALICÃO MADE IN, FOI O MESMO APROVADO POR MAIORIA, COM QUARENTA E UM VOTOS A FAVOR E TREZE ABSTENÇÕES.**-----

--- **POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD RELATIVAMENTE AO CENTÉSIMO ANIVERSÁRIO DO NASCIMENTO DO MONSENHOR JOAQUIM FERNANDES, FOI O MESMO APROVADO POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SETE VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES.** -----

--- **POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PESAR APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS E COM A ADESÃO DO PSD, RELATIVAMENTE AO**

FALECIMENTO DO SENHOR DOMINGUES AZEVEDO, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE, SEGUIDO DE UM MINUTO DE SILÊNCIO.-----

 --- Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao período da: --

-----**ORDEM DO DIA**-----

--- **PRIMEIRO PONTO** – *INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)*-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse:-----

--- “Neste ponto da ordem de trabalhos e a propósito de preconceitos ideológicos, queria dizer que não temos qualquer tipo de preconceito ideológico em referir e saudar, embora medida um pouco já tarde, porque a nosso ver, prometida há três anos e recomendada até há tempos atrás, há um ano creio eu ou há dois anos atrás, da implementação dos transportes chamado o “Voltas” que nos parece de facto importante para uma melhor mobilidade na zona citadina, servindo desta forma, sobretudo a população escolar e não só, mas permitindo com bastante facilidade, em princípio, o poder-se deslocar de uma forma mais eficiente a locais que são considerados importantes de atendimento público sobretudo. Nós já tínhamos defendido esta medida. Também pensamos que ela só peca por ser um pouco tardia. Desejamos é que a periodicidade dos horários de facto tenha em conta, sobretudo os horários dos comboios e creio que também os do transporte rodoviário que se inicia e passa na central de camionagem. Esta é de facto uma das questões importantes para a população no concelho, permitindo, portanto, uma melhor fruição e deslocação a locais de importância que é desnecessário desde já sublinhar. -----

--- Depois, queríamos referir relativamente a algumas informações do senhor Presidente da Câmara, apenas num determinado aspeto relacionado com o Parque da Devesa, onde nos parece haver necessidade de alguma intervenção quanto, eu diria, um pouco à triagem daquilo que se verifica no que diz respeito a caminhadas e utilização das bicicletas, por forma a que haja destriça, dado que esta situação merece uma enorme atenção para evitar atropelamentos desnecessários. -----

--- Queríamos também referir, e desde já também saudar, as empreitadas levadas a efeito no conjunto de zonas hidrográficas, sobretudo as do Pelhe, as do Ave aqui do concelho, no que

diz respeito à iniciação ou à complementação das fases que estavam já no terreno, porque nos parece que este problema do abastecimento de água e do saneamento, além de serem importantes para os utentes, para as populações, são igualmente de uma outra importância, numa outra vertente, como é evidente, que é o problema de saúde pública e, portanto, queremos também saudar o continuar destas medidas e deste incremento à resolução do problema. -----

--- Não deixaremos de referir e gostaríamos uma vez mais de o fazer junto do senhor Presidente e lembrar-lhe, mesmo considerando porventura neste momento de alguma forma inadequado, e a propósito dos trilhos que é referido e que foram já implementados nalgumas vias, algumas junto aos rios, designadamente o caso de Santa Eulália, o rio de Guisande e noutros, pensamos que é importante, até porque estes trilhos ajudam imenso à ligação e à sensibilização dos munícipes para com os cursos de água e simultaneamente para o respeito para com este ambiente que é importante ter-se em conta. E, nessa situação, o mesmo diremos da necessidade de se começar a pensar também nestes trilhos a sul aqui do nosso rio Pelhe que passa junto à cidade. Também pensamos que, na sequência destas medidas, pensamos que também era bom adotar-se um tipo de critério idêntico a sul da cidade, nas margens do próprio rio Pelhe, para desta forma também as pessoas que por ali pudessem circular, pudessem usufruir simultaneamente de momentos agradáveis para com a própria natureza. -----

--- Dizer uma vez mais, é importante que as pessoas idosas tenham as possibilidades concretas de usufruírem de condições para visitar sobretudo museus e outros espaços por forma a que não haja uma sistemática situação em que os próprios se encontram muitas e muitas vezes nos lares, muitas vezes sem atividade, e é importante que esta possibilidade de os mesmos poderem sair visitando alguns desses espaços, ajudam e de que maneira, à própria dignidade e à própria fruição desta camada etária que muito naturalmente necessita de ser acarinhada e que tudo isto vem também a propósito da comemoração do dia dos idosos, o dia 1 de outubro. -----

--- Finalmente, gostaríamos de referir que também estamos preocupados com o problema da reparação da zona urbana e que neste contexto, insistimos e voltaremos certamente numa próxima oportunidade, talvez já na próxima Assembleia Municipal, a insistir pelo

alargamento do perímetro da isenção, digamos assim, que possibilita a isenção de IMI aos munícipes que estão numa situação de limite que foi traçado pelo eixo da via e como sabem no plano anterior, pensamos portanto que este plano de urbanização deve possibilitar a todo um conjunto de munícipes que residem nessa zona de fronteira, a possibilidade, também, de usufruírem de um direito, digamos assim, que assista aos vizinhos de frente e a eles não existe, numa flagrante, a nosso ver, injustiça, porque de facto não faz sentido haver munícipes que residem nos números pares ou ímpares que têm esta possibilidade e os mesmos já não têm esta possibilidade na mesma rua.”-----

--- **HUGO SAMPAIO (PS)** – disse: -----

--- “Senhor Presidente, o grupo municipal do Partido Socialista gostava de ver aqui esclarecida uma questão, relativamente às obras efetuadas num edifício situado na rua Narciso Ferreira, perpendicular à rua Adriano Pinto Basto, obras essas que motivaram, até da sua parte, um esclarecimento. Refere que foram obras coercivas. O Partido Socialista gostava que os esclarecesse, se em momento algum o usufrutuário desse edifício alguma vez se recusou a efetuar as obras? Depois existem outros edifícios em Famalicão em condições idênticas, nós queríamos saber se estão identificados por parte da Câmara, nomeadamente na avenida 25 de abril, na nacional 206 na zona de Cruz de Pelo que se encontra em estado de ruína e potencial perigo já há bastante tempo, nomeadamente há mais tempo que o edifício que teve a intervenção por parte da Câmara, que foi dito que foi de forma coerciva.”

--- **VITOR PEREIRA (PS)** – disse: -----

--- “Senhor Presidente, ali na avenida de França, como o senhor Presidente sabe é uma zona muito frequentada por crianças e jovens que se deslocam àquela zona para a prática de atividades desportivas ao final da tarde e até mesmo pela noite dentro. É uma zona que eu vou conhecendo e há ali volta e meia alguns condutores mais imprudentes que aceleram por ali abaixo em aparente desconformidade com o código da estrada. Eu queria só alertar o senhor Presidente para essa situação e perguntar-lhe se pondera eventualmente introduzir ali alguns elementos de controlo desses excessos, eventualmente lombas ou qualquer estrutura dessa natureza.”-----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Também começaria por questionar o executivo na pessoa do senhor Presidente da Câmara relativamente a algumas questões de segurança e que tem a ver essencialmente com a questão da iluminação pública. -----

--- Eu sei que foi anunciado recentemente, e o próprio senhor Presidente da Câmara numa interpelação pelo Bloco de Esquerda já o tinha anunciado também, uma revolução na iluminação pública. Mas eu penso que, e alguns pontos nomeadamente da zona urbana da cidade, que são relativamente preocupantes para a segurança dos peões, de crianças até. Não só na zona agora referida pelo senhor deputado do PS, uma zona de intensa passagem de crianças e jovens e que às vezes tem défice de iluminação. Há uma outra artéria a avenida Humberto Delgado que também penso que terá que haver uma intervenção mais cuidadosa por parte do município, ou em relação às copas das árvores, ou ao fortalecimento da iluminação, porque manifestamente há uma ou outra passadeira onde o défice de visão é considerável, e mesmo perante um condutor relativamente prudente, um peão poderá inadvertidamente ser atropelado por insuficiência de iluminação. Penso que são questões relativamente simples e que melhorariam, seguramente, pelo menos esse aspeto de segurança urbana. -----

--- Depois também há outra questão que não terá já nada a ver com esta, mas é uma questão que me suscita, às vezes ouço o senhor Presidente da Câmara a falar em quarenta e nove comunidades quando fala do concelho, vislumbra-se, não tão rápido quanto seria desejável, mas vislumbra-se uma reorganização da organização, passe o pleonismo, organização administrativa autárquica e nomeadamente eventualmente neste concelho. Eu perguntaria ao executivo se de alguma forma já está a estudar o assunto, se tem alguma espécie de comissão que se debruce sobre propostas a fazer á administração central por parte do concelho, se tem algum estudo mais aturado de dinâmicas populacionais, de serviços, etc., que possa fundamentar essas opções? Eu penso que seria de todo o interesse do concelho, ter esse tipo de trabalho feito, para quando chegasse a hora o poder sustentar. -----

--- Por fim o Bloco de Esquerda fez poucas perguntas ao executivo através da Assembleia Municipal que não se veem respondidas. A última foi relativamente aos contratos que o executivo possa ter celebrado com a Didáxis. Nós também sabemos que a Câmara Municipal vai pagando cerca de doze mil euros por período escolar, pelo aluguer de espaço

à Cooperativa Didáxis por causa dos alunos da escola básica de Riba de Ave. Não sabemos se há outros contratos e gostaríamos de saber, e também nos parecem verbas excessivas para este tipo de contrato. Gostaríamos de ver esclarecidas essas dúvidas que já suscitámos e que até agora não obtiveram resposta.”-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Senhor deputado Domingos Costa, sobre a questão do parque, nós temos apelado ao civismo, à boa organização das várias pessoas que usam vários meios nos circuitos, há um contexto de vigilância, mas há uma ótica de autorregulação que é defensável, portanto não estamos convencidos que se devam introduzir limitações a qualquer meio, a não ser os motorizados, como é obvio, mas algumas situações têm acontecido, mas também devo dizer que não são assim tantas, nem com gravidade que justifique uma preocupação maior. -----

--- Sobre a questão da ARU que colocou, penso que estava a falar das áreas de reabilitação urbana, as ARU’s são documentos abertos, são processos dinâmicos, portanto nada impede que haja uma alteração em função das circunstâncias, desde que se justifique, essa alteração aconteça, portanto é um documento em aberto. -----

--- Senhor deputado Hugo Sampaio, a questão que coloca sobre o prédio da rua Narciso Ferreira, é uma obra que tem um carácter de obra coerciva, portanto houve uma notificação do usufrutuário para que executasse uma obra por força da circunstância que afetou o prédio, houve um prazo que decorreu para que a obra fosse executada, ela não foi executada, portanto o silêncio do usufrutuário tem uma leitura para a Câmara Municipal, e foi por isso que a Câmara Municipal avançou com a obra coerciva, cumprindo os procedimentos legais quanto a notificações e outros, e portanto executou a obra num contexto de ausência de obra executada pelo usufrutuário numa circunstância que é pública e que reclamava uma intervenção com alguma brevidade naquele prédio. -----

--- Os dois casos que referiu, por acaso são dois casos em que a Câmara interviu. Não sei se se recorda o prédio que fica na zona de S. Martinho, penso que é um dos que falava, houve uma demolição parcial que foi executada pela própria Câmara Municipal, portanto houve intervenções da Câmara Municipal. Quanto aos demais a Câmara Municipal está diligente e atenta e procura perceber e percecionar o estado em que os mesmos se encontram.-----

--- Senhor deputado Vítor Pereira falou da questão da avenida de França, penso que está a falar desde a rotunda até à zona das piscinas, penso que é essa zona, há ali um semáforo que modera e que permite que os peões usem a passadeira para que possam atravessar a avenida com alguma segurança, embora saibamos que é uma reta, tem uma inclinação determinada, de facto alguns excessos de velocidade. Temos também apelado às forças de segurança para que nos ajudem a que o código da estrada seja respeitado, como sabe se for respeitado não temos problemas, mas estamos atentos e procuraremos, se for o caso, outro tipo de intervenção para minorar as consequências. -----

--- Senhor deputado Paulo Costa, iluminação pública versus árvores. É um dilema, temos resolvido alguns casos, continuamos a resolver, mas sabemos que as copas vão crescendo, as podas não permitem nem devem ir além daquilo que é estritamente recomendado para que a árvore se mantenha, há aqui um conjunto, há um verdadeiro conflito em muitas circunstâncias, mas estamos a procurar algumas soluções e já temos resolvido alguns problemas. -----

--- Sobre a questão da reorganização administrativa que ocorreu no passado e de que agora se tem falado. Eu antes de mais devo-lhe dizer que sei o que o senhor sabe, o que vem nos jornais. A Câmara Municipal não foi notificada de rigorosamente nada sobre esta matéria. Não chegou à Câmara nenhum ofício, nenhuma comunicação, nada! Há uma coisa que eu sei, desde que isso ocorreu, já lá vão quase três anos, é bom não esquecer que as autárquicas foram no passado 29 de setembro de 2013, portanto completou-se ontem três anos sobre as eleições autárquicas, não há uma reclamação de um cidadão, não há uma denúncia de nenhum Presidente de Junta, não há uma queixa de um autarca. A Câmara Municipal em três anos não recebeu nenhuma denúncia, nenhuma reclamação, nenhuma queixa, seja de cidadãos, seja de Presidentes de Junta, seja de outros autarcas. Eu não quero dizer que não exista, eu digo é que a Câmara Municipal não recebeu. Portanto, para a Câmara Municipal isto é um não problema. Portanto nós não fomos contactados de nenhum processo administrativo que possa estar em curso, não há nenhuma orientação da tutela em relação a esta matéria, e a perceção que temos do território, é que não há nenhuma situação que justifique uma reponderação por parte da Câmara Municipal. Portanto não há nada em curso, porque para nós não existe um problema. -----

--- Sobre a questão da Didáxis, senhor deputado a relação que a Câmara Municipal tem, tem a ver exatamente com o que disse tem a ver com o arrendamento. Sobre a questão da justeza da correção se o valor é aquele ou outro, foi um valor que foi determinado objeto duma avaliação, há uma ponderação que tem uma métrica que é medida, não acompanho o seu raciocínio relativamente a um eventual excesso do montante, achamos que é um montante perfeitamente adequado em virtude das circunstâncias e das condições em que há uma cedência. É preciso não esquecer que a Didáxis não se limita a ceder um conjunto de salas, cede um complexo, que é fechado, que tem uma sintonia, tem uma harmonia, para que aquelas crianças possam ter um ambiente diferenciado numa escola que têm outros níveis de ensino. Portanto é neste contexto que a cedência existe, ela é temporária como é sabido, até que se concluem as obras que vão arrancar em breve na escola do primeiro ciclo da vila de Riba de Ave e, portanto são essas as circunstâncias.” -----

--- **SEGUNDO PONTO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEFINIR EM 5% A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2017, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA D)* -----

--- **HUGO SAMPAIO (PS)** – disse: -----

--- “O ano de 2016 tem sido marcado por uma clara direção do Governo em devolver rendimentos às famílias portuguesas. Famílias essas que sofreram sacrifícios pelo “Sebastião Come tudo” que quis ir além da Troika.-----

--- Além do Governo, várias Câmaras Municipais o tem feito, contudo a coligação que governa o município de Famalicão continua a não ter dó nem piedade com os famalicensenses, rematando os impostos sobejamente exagerados, ao mesmo tempo que tem uma retórica de que o município tem uma saúde de ferro. -----

---Preocupa-me ouvir o senhor Presidente da Câmara, dizer que não pode dar benefícios aos famalicensenses pois não sabe se os pode manter durante muito tempo e, que, o PS tem uma postura de quem é oposição e de quem não faz conta. -----

--- Mas o PS fez as contas e é responsável, por ser responsável não pode votar a favor de mais um sacrifício que este executivo impõe aos famalicenses, não pode aceitar que seja cobrada a taxa máxima de participação no IRS pago pelo Famalicenses. -----

--- O PS, também não pode aceitar que em Famalicão, se continue a pagar indemnizações colossais, se continue a ter comissões de festas, denominada “Famalicão, Concelho com Futuro”, que gasta balúrdios e no fim de contas quem paga são os famalicenses" -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

---“ A CDU vem uma vez mais manifestar a sua plena concordância com esta taxa, com a transferência destes 5% para o município. Como sabem, já o ano passado e creio que há dois anos também, manifestamos esta nossa concordância, porque pensamos que se trata de um imposto em que esta fatia de 5% é de alguma forma redutora no que diz respeito à importância que tem para o próprio município e porque ela abarca mais de 50% da população ativa de qualquer concelho, e achamos, portanto, que o município deve ter uma fonte de receita minimamente assente e segura. Seria muito fácil para nós propor que em vez dos 5%, o município cedesse 1%, 2% ou metade até, como aliás o fizemos já atrasado, mas melhor vendo o problema, sem dúvida que não será porventura 1% ou 2% ao tão significativo para o bolso do munícipe, isso sim será bem mais significativo se for em sede, por exemplo, do próprio IMI que iremos naturalmente voltar aqui a intervir. Portanto, estamos plenamente de acordo que esta fatia dos 5% seja arrecadada pelo município, porque também pensamos naturalmente que o município deve viver sobretudo desta fatia que é importante.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse -----

--- “Só uma breve consideração relativamente a um postulado que o senhor Presidente da Câmara gosta de divulgar com alguma intensidade que é um princípio da estabilidade fiscal. Esse princípio não é per si, quer dizer, um princípio que seja substantivamente válido, quer dizer não se pode, ou eu penso que não se pode advogar a estabilidade daquilo que possa trazer prejuízo, ou que possa ser mau. E esse princípio que o senhor Presidente postula e que terá a sua validade no combate político, parece-me que quanto à questão fiscal necessariamente terá que ser revisto e às vezes terá que ser adequado às circunstâncias socioeconómicas das populações, no caso da população famalicense. E eu penso que aqui o

município relativamente ao IRS poderia, independentemente da necessidade das receitas do município e com essas receitas poder de alguma forma, esperaríamos nós, mas de alguma forma redistribuir essa receita para acudir a quem mais precisa. E, isso, porque se os singulares veem a sua carga fiscal no máximo, por outro lado as pessoas coletivas veem alguns benefícios. E é esta discriminação que nós gostaríamos que não acontecesse! Da mesma forma como os singulares são levados até ao limite, esperávamos, ou gostaríamos que as pessoas coletivas o fossem, ou então passariam os singulares a beneficiarem de alguma redução. E, nesse sentido achamos que o IRS deveria ter uma taxa talvez mais simpática para a população.”-----

--- **ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** disse:-----

---- “Para dizer que de facto o grupo municipal do PSD irá votar favoravelmente esta proposta, tal como o fez nos anos anteriores e de facto fá-lo por uma questão de coerência, por uma questão de racionalidade e por uma questão que sempre o orientou neste tipo de discussões. Sabemos que qualquer contributo do cidadão, terá que ser sempre ponderado em função do interesse público que visa servir. Sabemos nos vários exercícios camarários, que de facto a questão entre o sacrifício e o benefício é sempre ponderado pela Câmara Municipal e estou certo que muito gostaria esta Câmara Municipal, de poder reduzir taxas, de poder lançar isenções, caso permitisse o exercício das suas funções. Não nos podemos esquecer que para servir o bem público, todos nós contribuímos. E, portanto, nesta matéria e como noutras, teremos que deixar de lado políticas populistas em que visam um efeito imediato, mas que não têm em conta o interesse público. É óbvio que não é só a saúde financeira do município que está em causa, agora o que está em causa é uma importante receita para o município que terá que ser cobrada, que é comparticipada pelos cidadãos e que não abrangerá um universo superior a 50%, mas é com este tipo de receitas que de facto o município pode, como o tem feito, suprir aquilo que é o interesse público. De facto, em relação a esta proposta penso que não haverá grandes dificuldades. Registamos também com agrado a posição da CDU, não por ser a favor da proposta, mas porque de facto demonstra aqui também alguma coerência. Portanto, o PSD, sem qualquer outra reserva, irá votar a favor desta proposta e, sim, realçando, que de facto a estabilidade fiscal não é um benefício

em si próprio, mas ajuda a estabilidade das pessoas, das contas públicas e no fim de contas do interesse público e do interesse dos cidadãos.” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

---“Certo que ninguém pediu qualquer esclarecimento, mas faço questão de o fazer: é bom que tenhamos como registo, que os munícipes, que os contribuintes não são aqui em nada prejudicados, porque está determinado que estes 5% são para as autarquias. O que está aqui em discussão, é se o município podia largar mão de 1%, de 2%, ou de 3% de volta para os respetivos cidadãos. Portanto é aqui que reside de facto a nossa posição de que este imposto, estes 5% sobre o IRS, já está determinado, o munícipe e o contribuinte não perdem nada, poderiam era ganhar de facto se viesse alguma coisa de volta. Contudo, nós de facto pensamos que é importante que todos contribuam, enfim para uma finalidade que tem a ver com as necessidades que qualquer município tem para acudir a despesas, e, sobretudo, aquelas que têm muito a ver com a vivência dos próprios munícipes, e aqui reside de facto esta questão central, a nosso ver, que estes montantes do IRS, sejam e certamente o serão em benefício da população.” -----

--- **CARLOS CARVALHO (CDS-PP)** – disse:-----

--- “Todos os anos temos que falar sobre impostos e nesse ponto de vista o IRS é se calhar dos impostos mais justos que se cobram. O IRS incide sobre o rendimento e esse rendimento é taxado de forma progressiva, isentando quem tem menos rendimentos e taxando quem mais rendimentos auferem. Sendo que essa taxa progressiva tem na sua genes um princípio redistributivo, ou seja, recolher impostos de quem pode pagar para apoiar quem mais precisa. Por isso, quando se baixa este tipo de impostos, estamos, no fundo, a prejudicar aqueles que mais precisam, porque não estamos a fazer a receita necessária para aplicar nas medidas sociais. Nesse ponto de vista, o IRS tem este espírito social, contribui para o bem público e por isso concordamos com a proposta da Câmara.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Só para deixar umas notas, nomeadamente a propósito da questão da estabilidade. Senhor deputado, antes de mais o que nós estamos a fazer no *dossier* fiscal, corresponde exatamente áquilo que assumimos com os famalicenses. Eu recordei que quando me candidatei disse claramente o que ia fazer no *dossier* fiscal, quanto à derrama, quanto ao

IRS e quanto ao IMI. Portanto, não há nenhuma novidade nos três anos já decorridos, estamos também aqui, estamos a cumprir escrupulosamente os compromissos que assumimos. Não há nenhuma surpresa perante os famalicenses naquilo que a Câmara Municipal tem feito quanto ao *dossier* fiscal. -----

--- É bom não esquecer também, que este lado fiscal, também significa estabilidade das contas públicas. Eu não quero falar sobre outras contas de outros municípios, nem sequer do Estado. Mas, eu não quero que em Vila Nova de Famalicão, daqui por uns anos, algumas medidas porventura menos racionais e menos ponderadas, venham a gerar desequilíbrio de contas públicas. Eu quero que no futuro da Câmara Municipal, quem me houver suceder, tenha a mesma capacidade que eu tenho de gerir a coisa pública e, para isso, é preciso que haja contas públicas estáveis. -----

--- A questão da estabilidade também é importante para cidadãos e para empresas. Gere a previsibilidade. As pessoas quando vêm para V. N. de Famalicão, para criar família, para fixar residência, para construir habitação, para comprarem habitação, para criar um projeto empresarial, sabem com o que contam! E era importante que o soubessem até a médio prazo, não só no curto prazo! Eu assumi no horizonte um mandato e vou cumprir. Era importante que o que se faz em Famalicão, também se fizesse porventura noutros municípios e quem sabe, no país, mas a um prazo mais longo, para que essa mesma estabilidade existisse. Sabemos o quanto isso é importante. -----

--- Mas também quero dizer senhores deputados, a Câmara Municipal recebe 5% de um bolo, quem fixa o bolo não é a Câmara Municipal senhores deputados! Há instâncias nacionais que fixam o bolo! Quem fixa os 100% não é a Câmara Municipal, nem é a Assembleia Municipal de Famalicão! Ou é o parlamento ou é o Governo quem fixa o bolo do IRS, e nós ficamos com uma fatia de 5%! Mas a definição do bolo não é nossa! Se o bolo é maior ou mais pequeno, essa definição não resulta de uma decisão nossa, senhores deputados! Resulta de quem vocês sabem que tem o poder de fixar a matéria coletável para que depois possamos chegar a esta coleta. -----

--- Também quero dizer senhores deputados, que é preciso não esquecer que uma parte muito substancial dos trabalhadores portugueses não pagam IRS. Não estamos a falar de um imposto que já aqui foi falado na progressividade, que corresponde à realidade, uma parte

muito substancial dos trabalhadores portugueses e famalicenses, obviamente não pagam IRS e portanto acreditamos que o efeito redistributivo aqui deve ser feito, e é o que temos feito com muitas políticas sociais que aplicamos desde a infância até à terceira idade.” -----

--- **HUGO SAMPAIO (PS)** – disse: -----

--- “Bem, até há pouco tempo alguns políticos sentiam-se desconfortáveis, envergonhados, em falar do Governo! Os impostos que o Governo executava! Mas agora eu fico contente porque libertaram a fera que tinham dentro deles e agora isto é uma festa! E vem dizer, coitadinho do executivo que só recebe 5% e que os bichos papões de Lisboa é que são maus! -----

--- Senhor Presidente escudar-se atrás dessa desculpa, não lhe fica nada bem! E o facto de conceder benefícios aos famalicenses, sejam eles grandes ou pequenos, também lhe ficava bem, e dizer que por ser pequenino não vale a pena, vamos carregar no imposto!”-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEFINIR EM 5% A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2017, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E SETE VOTOS A FAVOR, DOZE CONTRA E DUAS ABSTENÇÕES.**-----

--- **TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2016 E DE ISENTAR DA DERRAMA DE IRC RELATIVA AO ANO DE 2016, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NO ANO ANTERIOR QUE NÃO ULTRAPASSE OS 150.000,00 €, NOS TERMOS DO N.º 4 DO ARTIGO 18º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA D)**-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – informou da entrada na mesa de uma proposta de recomendação apresentada pela CDU, relativamente ao ponto em discussão. -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

---“A proposta é de facto uma proposta de recomendação e muito simples. Esta mesma proposta já foi aqui objeto de deliberação há um ano, e novamente nós pensamos que é justo que regresse, porque na verdade o universo que se situa no chamado primeiro escalão que é isento, que vai até um volume de negócios de 150.000.00€, pensamos que ela é justa, plenamente justa, mas que depois há um critério que nos parece que é recomendável de ser reavaliado, que é um critério que vai de 150.000.00€ para diante sem qualquer limite e para todos igual, e que a nosso ver deveria haver aqui, digamos assim, como que um ponto intermédio que fosse de longe muito mais justo do que aqui assim é proposto. Isto, a nosso ver, certamente colidirá, mas isso é o normal da vida, com as promessas que o PSD fez de não aumentar impostos, mas aqui assim este problema é como muito mais coisas na vida, e portanto compete-nos e sentimos, e até por questões de justiça, mesmo justiça tributária que haja aqui esta destrinça e daí a nossa proposta de recomendação que passo a ler: -----

--- “A CDU – Coligação Democrática Unitária -, atenta a boa saúde económica e financeira de um conjunto de empresas deste concelho propõe:-----

--- Que seja criado para a Derrama um 3º escalão, ou seja, que passe a ser tributada a taxa máxima de 1,5% para as pessoas coletivas com um volume de negócios acima de =500.000,00€=.”-----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse -----

--- “Nós concordamos em absoluto com esta proposta da CDU e vem já no seguimento da intervenção que eu fiz há pouco relativamente a essa questão da estabilidade ou não, e consegue-se visualizá-lo aqui, porque quando relativamente às pessoas singulares se fixa a taxa nos 5%, portanto no máximo, eu penso que as pessoas coletivas deveriam, não havendo essa discriminação, deveriam também ser taxadas no montante máximo, porque essa questão de atração do tecido empresarial, eu sei que o tecido empresarial se move pelo lucro, mas convenhamos, aí vem as questões ideológicas ao de cima, mas a ideologia permite-nos ler o mundo e é que nos aproxima dessa realidade que não existe. Nós só chegamos à realidade

com lentes, mais ou menos míopes, mas só com lentes. Eu penso que as pessoas coletivas aqui também deveriam, e aqui dando sequência àquilo que eu dizia, a estabilidade aqui talvez não seja o mais importante, eu penso que as pessoas coletivas deveriam contribuir mais para as receitas municipais, e por isso não votaremos favoravelmente a proposta da Câmara Municipal e votaremos a recomendação da CDU.”-----

--- **HUGO SAMPAIO (PS)** – disse: -----

--- “No que respeita a impostos no município de V. N. de Famalicão, está tudo dito, se no IRS se aplica a taxa máxima, na derrama é praticamente a mesma coisa. -----

--- Um município, em que o executivo o intitula como amigo das empresas, que diz apostar na inovação, que anda a embandeirar em arco o Made IN, aplica praticamente a taxa máxima na derrama a cobrar às empresas. -----

--- Está tudo dito, mais uma vez essa saúde financeira já teve melhores dias. -----

--- Se o conforto financeiro fosse tão grande, seguia o exemplo de muitos municípios que o fazem. -----

--- Como disse hoje o senhor Presidente a propósito da reflorestação do município, quando se cria passivo ambiental, é necessário criar ativo ambiental. -----

--- O mesmo se aplica à filosofia fiscal, quando se cria um passivo, há que criar um ativo, pena é que esse ativo fiscal seja à custa dos bolsos dos famalicenses e das empresas famalicenses, mais uma vez.”-----

--- **CARLOS CARVALHO (CDS-PP)** – disse:-----

--- “Relativamente ao ponto, nós concordamos com a proposta da Câmara por uma razão muito simples, empresas com um volume de negócios de 150.000.00€, na prática são empresas que são responsáveis pela criação do emprego, criação do próprio emprego, são pequenas e médias empresas, pequenas e micro empresas, que fazem parte do tecido empresarial e que devem ser apoiadas e acarinhadas. Não devemos olhar para elas como entidades pagadoras de impostos sobre IRC, mas sim valorizando a parte da criação de emprego e a coesão social que daí deriva. -----

--- Relativamente às maiores empresas, elas são responsáveis por atrair polos de crescimento, polos de desenvolvimento. As maiores empresas que nós temos cá, muitas são de origem nacional, algumas são também de origem internacional, são responsáveis por

tornar o Município de Famalicão, a região norte, muito competitiva porque trazem tecnologia, trazem inovação e que ajudam as outras empresas também a crescer e a desenvolverem-se. E existem muitas vezes *spin-off's* de empresas internacionais que investiram em Portugal para outras pequenas e médias empresas de capital nacional. Este é o modelo que resultou até agora e acho que é o modelo que devemos manter daqui em diante.

--- Acresce também um terceiro ponto que é: ao contrário das pessoas singulares que beneficiam dos benefícios das atividades realizadas pelas Câmaras, todas as pessoas desde os mais novos aos mais velhos, as entidades coletivas são contribuintes liquidas, ou seja, elas apenas contribuem e não têm da parte da Câmara um serviço prestado que as possa beneficiar. No fundo, por aí se explica a diferença de tratamento entre os impostos para uma pessoa singular, porque a pessoa singular contribui, mas beneficia, e as pessoas coletivas não! São entidades que não têm incorpóreas e portanto não beneficiam das mesmas. Por isso, em termos de regime fiscal, faz todo o sentido que exista esta diferenciação. A tudo isto acresce que pelo facto das entidades coletivas se sediarem em Famalicão criam emprego. E aqui sim, existe um enorme benefício para a sociedade, e benefício esse que não podemos pôr de parte, que não podemos excluir por meras razões ideológicas, ou de oportunismo de curto prazo. Devemos ter um horizonte de longo prazo, um horizonte que é apanágio de Famalicão já há alguns anos, de atração de investimento, porque é só a atração de investimento, que atrai riqueza e atrai população para as cidades. Nesse sentido concordamos a 100% com a proposta da Câmara Municipal.”-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

---“Naturalmente que gostaríamos de vincar que esta proposta de recomendação é extremamente para nós importante, não que nos mova aqui qualquer problema de ordem ideológica, mas sobretudo por meras e fundamentais questões que tem a ver, e certamente os que aqui estão reconhecem isso, com uma justiça fiscal muito mais eficiente sob o ponto de vista da distribuição, ou melhor, da participação daqueles que mais podem relativamente àqueles que menos podem. E nisto achamos que de facto há uma lacuna grave nesse aspeto! Não podemos considerar uma taxa que seja aplicada de 1,2% a todos aqueles que têm em sede de IRC um volume de negócios acima de 150.000.00€ e que sejam todos eles taxados por igual, de facto não faz nenhum sentido, achamos que pelo menos deve haver aqui um

escalão intermédio que crie uma justiça mais adequada ao problema. Por outro lado, não quero citar nomes de empresas, mas elas são conhecidas por todos nós neste concelho, no que diz respeito a um bom número delas que dado o seu volume de negócios podem perfeitamente dar uma boa contribuição para o município, sem dúvida, e é uma migalha nos lucros que têm no fim do ano, é uma ninharia, é uma nica, se lhe for aplicada a taxa de 1,5%. Não tenhamos quaisquer dúvidas sobre isso! São empresas que declaram um volume de negócios em sede de IRC na ordem dos 80, 100 milhões e por aí fora de euros. Ora nessa situação, tal como aconteceu há anos atrás, esta Câmara não tinha instituída esta derrama, e a CDU insistiu e acabou por ser instituída, porque foi reconhecido que era necessário arrecadar receita para o município, e não corresponde nem de perto nem de longe à verdade, que estas sociedades, estas pessoas coletivas, não usufruem do investimento diverso, muito mais que os restantes singulares, do contributo que os munícipes, designadamente deste município, lhes possibilita. Sabemos muito bem dos benefícios, dos apoios que esta Câmara Municipal concede a um conjunto variado de empresas e estas grandes também. É ver, por exemplo, no que diz respeito às isenções de IMI (quando se trata do investimento em pavilhões, em ampliações de fábricas e que os isentam de IMI, só porque criam enormes pavilhões, só porque criam três postos de trabalho, enfim, em contraste com aqueles que com o mesmo pavilhão, ou menos até em área, criam muitos mais postos de trabalho), aqui também reside uma injustiça flagrante. Mas neste caso concreto, de facto achamos que a nossa insistência faz todo o sentido e não temos qualquer preconceito, nem se trata aqui de estar a fazer qualquer ideologia sob o ponto de vista dos mais ricos e dos mais pobres, não, é uma questão de justiça fiscal, é só isto! De facto é gritante esta injustiça que a Câmara está aqui a operar!” -----

--- **ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** disse:-----

---- “Para dizer que efetivamente o PSD irá votar a favor da proposta do executivo camarário, e como tal, terá que se pronunciar contra a proposta de recomendação apresentada pela CDU. -----

--- Gostaria de dizer que de facto em relação a este imposto, como em relação a qualquer outra taxa, ou em relação a qualquer outro tributo que aqui venha a discussão, que o mesmo não pode ser analisado como uma taxa em si, um imposto isolado, mas com aquilo que é a

política fiscal do município. E de facto aqui eu tenho que dizer e tenho que confirmar e concordar na íntegra com as palavras do senhor Presidente da Câmara, quando disse que está a cumprir com aquilo que foi a sua proposta para o município a nível fiscal e a nível de fixação de impostos. E de facto aquilo que prometeu cumpriu. De facto quando disse vamos manter o rumo, disse-o e disse-o com razão e com sentido de compromisso e com sentido de cumprimento da palavra. Mas disse-o não pela estabilidade em si, mas para que se crie em Famalicão, neste concelho, por um lado um clima em que seja bom investir em Famalicão, em que quem quer cá investir sabe que o pode fazer com segurança, com estabilidade política fiscal, sabendo também que Famalicão é um concelho acolhedor a novos investimentos. E, aliás, não é só no ramo fiscal, mas em muitos outros aspetos, sabe-se hoje o que é Famalicão a nível nacional, a nível de indústria, de criação de emprego.-----

--- Quanto à proposta da CDU votaremos contra, porque enferma, a nosso ver, desde logo de um erro de raciocínio enorme. É que não se pode confundir, desde logo, volume de negócios com lucro tributável. A própria proposta em si poderia enfermar de uma ilógica tremenda, porque pode haver contribuintes ou empresas com volumes de negócios até muito inferiores e com umas margens de lucro muito superiores! Como pode haver empresas com grande volume de negócios e cuja margem de lucro seja inferior. O que interessa aqui e aqui o município tem uma palavra a dizer, é dar um sinal, e o sinal que se dá aos investidores, a quem cria riqueza, a quem cria postos de trabalho, é que apostem em Famalicão, nós tributamos, nós temos umas taxas fixas, mas nós temos uma política fiscal que não é alimentada por populismos casuísticos, ou em função de resultados eleitorais.”-----

--- ***POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2016 E DE ISENTAR DA DERRAMA DE IRC RELATIVA AO ANO DE 2016, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NO ANO ANTERIOR QUE NÃO ULTRAPASSE OS 150.000,00 €, NOS TERMOS DO N.º 4 DO ARTIGO 18º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E CINCO VOTOS A FAVOR E QUINZE ABSTENÇÕES.***-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUIS ÂNGELO OLIVEIRA)** – disse:-----

--- “Senhor deputado, o entendimento da Mesa é que não há votação da proposta, sendo uma proposta alternativa. Com a entrada do novo regimento, sabemos que não era apanágio assim, mas com o novo regimento que o senhor deputado esteve presente ou alguém designado, o artigo 62.º, n.º 3 diz: “A aprovação da proposta inicial prejudica a votação das propostas alternativas.” Sendo a proposta da Câmara Municipal uma proposta integrada, esta proposta será uma proposta alternativa, tendo ficado assim sem efeito.”-----

--- **QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA VIGORAR NO ANO DE 2016, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2017, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA D)** -----

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:-----

--- “Em primeiro lugar indicar o sentido de voto do Partido Socialista, vamo-nos abster neste ponto.-----

--- Ao longo dos últimos anos o Partido Socialista em V. N. de Famalicão, tem procurado sensibilizar a Câmara para a necessidade imprescindível de apoiar os Famalicenses no seu esforço para enfrentar os inúmeros sacrifícios a que foram e estão sujeitos. Fazia e faz sentido que a Câmara redefinisse prioridades e passasse a gerir o chamado “pacote fiscal” municipal com especial sensibilidade. Que realmente tivesse atenção em vez de continuar a propaganda falaciosa que na realidade significa que a Câmara tira um pão e devolve uma migalha. Esta é a infeliz realidade do pacote fiscal desta maioria. Este é o real. O do marketing esse realmente é muito diferente. -----

--- Por isso, o Partido Socialista tem vindo a apresentar sucessivas propostas no sentido de atenuar o peso dos impostos municipais. Todos sabemos como o IMI se agravou ao longo dos últimos anos (seja por efeito das reavaliações dos imóveis ou do fim das isenções), os números são muito claros, a carga fiscal suportada pelos famalicenses com o IMI tem vindo a crescer de forma sustentada. -----

--- Todos temos consciência do peso do IMI para a autarquia.-----

--- Em 2014, os 13.811.357€ pagos pelos famalicenses (+10% do previsto) representaram cerca de 50% dos impostos cobrados e 21,5% das receitas correntes. -----

--- Em 2015, os 14.488.695€, também com um desvio superior a duas casas decimais ao previsto, representaram cerca de 70% dos impostos e 23% das receitas correntes. -----

--- Para 2016 os cerca de 14 M€ (13824513€) previstos, sem sabermos ainda se a derrapagem será semelhante aos últimos anos representam sensivelmente o mesmo em termos de receita para a autarquia. (59% impostos, 20% receitas correntes).-----

--- Já todos ouvimos esta maioria defender de que este dinheiro é necessário para o apoio social e para outras iniciativas. A tal política desta Câmara de tirar um pão e dar uma migalha. De que sem parte desta verba nada disso seria possível. Mas será que esta verba não será necessária para pagar por exemplo as diversas indemnizações que esta maioria entendeu negociar, como por exemplo as negociatas da Devesa e do Talvai? É que a verba a pagar só com estas duas não anda muito distante da verba arrecadada com o IMI. -----

--- Perante isto tudo, temos vindo sempre a defender a aplicação da taxa mínima (0,3%). A coligação nunca atendeu a esta proposta, sempre se mostrou insensível às nossas razões. ----

--- Também temos vindo a apresentar outras propostas nesta matéria. Por exemplo em janeiro de 2015 o PS, apresentou duas propostas. -----

--- 1 - uma de redução de 15% da taxa do IMI a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética; -----

--- 2 - a outra de redução da taxa do IMI em 10%, 15% e 20% para famílias com 1 filho, 2 filhos e 3 ou mais filhos, respetivamente. -----

--- Surpreendentemente na altura, ambas as propostas foram reprovadas pela coligação PSD/CDS. -----

--- Passados uns meses a coligação, apresentou uma proposta que na essência era a mesma proposta do partido socialista, que tinham recusado, mas uma proposta reduzida, visto que excluía as famílias com 1 filho foram excluídas dos benefícios. -----

--- Na altura perguntamos e voltamos a perguntar agora: Porque discriminar famílias com um filho? Por acaso não serão elas também merecedoras desta redução? Pelos vistos as que residem em Famalicão não! São os esquecidos da Câmara. -----

--- No entanto, acho que todos reconhecemos, que embora tarde e a más horas, a verdade é que o trabalho do Partido Socialista tem vindo a produzir os seus efeitos. -----

--- Relativamente às taxas aplicadas no nosso concelho, esta maioria sempre tem-se vindo a vangloriar de que as taxas aplicadas são das mais reduzidas no nosso país. O tal marketing. -

--- Também aqui é necessário relativizar e adequar o marketing á realidade. -----

--- Em 2015 segundo o jornal de negócios quase metade das camaras (cerca de 136) iriam ter a taxa mínima em 2015 (0,3%), taxa que seria cobrada em 2016. Também é justo lembrar que somente cerca de 11% iriam aplicar o valor mais elevado (na altura 0.5%).-----

--- Também se referia na altura que 70% das camaras iriam aderir ao IMI familiar, redução que poderia ser de 10% para um filho, 15% para dois e 20% para três ou mais. -----

--- Segundo o jornal dinheiro vivo, 1 em cada 5 camaras baixaria o IMI em 2016, sendo que a esmagadora maioria (78%) optava por manter a taxa inalterada, sendo que em muitos casos esta manutenção significa que os proprietários iriam continuar a pagar a taxa mínima que neste momento, como na altura está balizada nos 0,3%.-----

--- Ou seja, como vemos, Famalicão na realidade está muito longe de ser um concelho amigo dos seus cidadãos no que respeita á taxa de IMI. -----

--- Também relativamente ao desconto do IMI familiar para 2017, este poderá ser de 20€ por um filho, 40 por 2 e 70 por 3 ou mais.-----

--- Famalicão continua a sua segregação seletiva. Só se considera que uma família tem filhos, se forem mais de um, esquecendo-se que provavelmente muitas famílias não tem mais de um, porque não tem possibilidades para o terem, e que o município real devia ajudar. O real, não o do marketing. O do marketing nós sabemos que ajuda, no real infelizmente pagamos. -----

--- Também segundo os jornais, já existem diversas camaras que decidiram baixar o IMI para este ano. Por exemplo o Presidente da Camara do Porto vai propor que o IMI desça 10% para próximo dos 0,3%. Famalicão mais uma vez entende que não. -----

--- No mundo falacioso do marketing os famalicenses pagam o seu elevado IMI, e esse dinheiro é usado para o ajudar, mas no mundo real, a Câmara usa essa verba para pagar indemnizações como as da Devesa e do Talvai.-----

--- Está na altura de verdadeiramente aplicar uma cobrança de imposto social e não puramente angariadora de dinheiro.” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – fez a leitura de um voto de recomendação que é do seguinte teor: -----

--- “A CDU – Coligação Democrática Unitária -, em resultado das crescentes dificuldades económicas e financeiras da esmagadora maioria dos munícipes, detentores de habitação própria neste concelho, propõe: -----

--- Que a taxa a aplicar para o IMI seja reduzida para 0,30%.” -----

--- Disse ainda o seguinte: -----

--- Aqui achamos que isto, sem dúvida, que ia abranger uma enorme maioria de munícipes deste concelho, em escalões diversos em que se encontra o seu valor patrimonial dos seus prédios, desde um valor pequeno até uma média de duzentos e tal mil euros, achamos portanto que é significativo esta redução de 0,35% para 0,30% estes 0,05% neste coeficiente que é um fator multiplicativo, acabaria por resultar numa poupança para muita gente, e isto seria algo de estimulante no que diz respeito à própria vivência de muitos de nós, dos nossos vizinhos e amigos neste concelho. -----

--- Queria salientar que isto vem em contraposição: que se de facto não foi prometido pela Câmara PSD, ou seja, não foi prometido aos seus munícipes aumentar, como se disse aqui, as taxas e os impostos, certamente não o terá dito que seria impeditivo da parte do PSD, ou da Câmara, reduzir aos mesmos. Esse argumento aqui não colherá, espero que quem aqui venha referir algo neste sentido, que não peque, porque na verdade ninguém deve ser criticado, sobretudo quando se trata de um imposto deste género, pela redução do mesmo, porque se na verdade nós avaliarmos todo o conjunto, todo o bolo que é tributado, e por aquilo que já foi aqui referido, sem dúvida que o município ganha de facto muito no arrecadar deste imposto, que é um imposto que acaba por ser de facto direto, vem todo para o município, não se passando o mesmo em relação ao IRS. Na verdade estamos na presença de algo que em termos daquilo que é já do nosso conhecimento de outros anos, este aumento (de receita de IMI) é tão significativo que, aí sim, o município pode largar mão de parte dele, e desta forma, por exemplo (reduzindo a taxa para 0,30%), achamos que era muito

importante porque abrangia todo o contribuinte. Portanto, gostaríamos que esta proposta de recomendação fosse considerada aceite, ou melhor, fosse votada favoravelmente.”-----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Há pouco falava-se que o município não teria responsabilidade nas cargas fiscais, é óbvio que o grande responsável da nossa vida fiscal é a administração central, mas aos municípios é dada alguma margem para estabelecer mínimos, máximos, e no caso do IMI o mesmo se passará. Passa-se em relação IRS, passa-se em relação à derrama, mas também se passa em relação ao IMI. E, neste ponto, o nosso município aqui tem..., há uma questão que já o ano passado falamos e a mim me causa algum engulho, é esta discriminação, este preconceito em relação ao filho único. Eu, sinceramente, um dos argumentos avançados o ano passado, era que não se saberia bem qual seria o impacto desta regalia dos filhos únicos, hoje certamente já se saberá muito melhor, as contas serão mais precisas, até porque agora aponta-se para valores fixos e parece-me que esta continuação da discriminação dos agregados com um só filho, e até atendendo a que muitos desses agregados e proprietários ou o maior número de famílias monoparentais se situam nesse escalão de filho único, parece-me que esta prossecução de política de discriminação não é justa, não é correta e nesse aspeto achamos que o executivo deveria rever essa questão. -----

--- E depois também há outra política que nós já várias vezes falamos, é recorrente esta interpelação do Bloco de Esquerda, que é a possibilidade de agravar, e até como política de racionalização do tecido urbano, agravar os prédios devolutos também em sede de IMI, o que nunca foi feito, e que nos parece também uma prática pouco correta e pouco justa.” -----

--- **CARLOS CARVALHO (CDS-PP)** - disse: -----

--- “Quem ouve o PS, o PCP ou o BE, parece que em Famalicão temos uma avidez por impostos. Mas depois quem lê o documento saído há uma semana pela CCDR Norte, que fala sobre o Norte Conjuntura, pode comparar nas tabelas sobre as receitas municipais, as tipologias de receitas sobre aquilo que cada Câmara arrecada. E podemos, por exemplo, comparar que Famalicão em termos de IMI, temos uma participação de..., aquilo que representa em termos de receita é 19,2%, quando, por exemplo, Guimarães, aqui ao lado e é um concelho comparável e é governado pelo PS há vários anos, tem de 23,0%. Portanto, vemos o PS muito preocupado com a baixa de impostos municipais, não os vemos tão

preocupados com as baixas de impostos estatais, não os vemos tão preocupados com a competitividade intermunicipal, porque aqui o que se vê é um exemplo claro de competitividade intermunicipal. Comparar aquilo que é comparável. Municípios, também podia pôr o de Braga que também está acima, são municípios comparáveis connosco, cobram, a participação das receitas do contributo do IMI para as receitas municipais, é muito superior. Portanto, ou mesmo até o Porto que se fala que baixa, mas o Porto ainda tem 21,8% e nós temos 19,2% como aliás disse. Portanto, também o Porto tem um caminho a fazer e tem muito até a aprender com Famalicão a este nível. Portanto, como é óbvio, pagar impostos é como morrer, quanto mais tarde melhor. Mas os impostos são fundamentais para o desenvolvimento das sociedades, para o desenvolvimento das instituições e para a prestação de bens de utilidade pública. Nesse sentido, Famalicão cobra menos impostos que os seus parceiros e presta, estou em crer, um excelente serviço que muitas vezes é exemplo até em termos nacionais, quando se pode ver, por exemplo, agora na entrega dos livros escolares. Só para dar o exemplo de uma coisa que Famalicão já fazia há muito tempo e agora o Governo vem replicar. Portanto, nesse sentido como é óbvio, impostos são impostos, pagando menos todos beneficiaríamos, principalmente aqueles que são os sujeitos passivos do imposto, mas não nos podemos esquecer do efeito social que as Câmaras têm para redistribuição de rendimento e para a prestação de serviços sociais que de outra forma as pessoas não teriam. Portanto, pagar impostos tem este efeito benéfico sobre principalmente os mais pobres, que eles beneficiam de forma gratuita, ou quase de um conjunto de serviços e prestações de serviços, que sem impostos, convenhamos, não seriam possíveis prestar. Nesse sentido, estamos perfeitamente à vontade e acompanhamos a proposta da Câmara sobre esta matéria.”-----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – disse: -----

--- “Senhor deputado Paulo Pinto falou V.^a Exa de sensibilidade fiscal e o senhor Presidente da Câmara falou de estabilidade fiscal. Eu diria da minha parte que o princípio da estabilidade fiscal é um bom princípio, porque o princípio da estabilidade fiscal revela exatamente sensibilidade fiscal. E se traduzirmos isto e ao personalizarmos esta particularidade para o concelho de V. N. de Famalicão, eu diria que o princípio da estabilidade fiscal associado ao da sensibilidade fiscal, traz-nos boas notícias e é

extremamente positivo. Aquilo que aqui já foi referido por mais que uma vez, a manutenção do quadro fiscal ou tributário no nosso município. Esta manutenção é, só por si, sem muitos outros considerandos, uma boa notícia e um fator extremamente positivo. Sabem porquê? Porque ninguém está a falar de aumento de impostos. Não há aumento de impostos! Ninguém falou durante esta noite em aumentos de impostos! O que contrasta de uma forma muito evidente, com aquilo que tem acontecido nos últimos meses em termos nacionais. E reportamo-nos aos impostos sobre o património: o que é que aconteceu a nível nacional? No último Orçamento do Estado, o IMI familiar perdeu fulgor, houve um retrocesso em termos daquilo que é a equidade fiscal que era prosseguida, e houve inclusivamente uma menor proteção das famílias. Façam as contas senhores deputados! Apliquem a taxa que está em vigor a um imóvel de 80 mil ou de 100 mil, ou o que vocês quiserem e depois apliquem-lhe o valor fixo e repararão que as famílias saem claramente desprotegidas.-----

--- Podíamos também falar no famoso imposto Mariana Mortágua, aquele imposto complementar que querem lançar sobre o património imobiliário na sua globalidade. Ou seja, o cidadão paga o IMI dos seus imóveis, e no final haverá um segundo imposto que incidirá sobre a totalidade desse imóvel. Eu sei que se discute se é meio milhão de euros, se é um milhão de euros. Mas é um imposto complementar sobre o património. E o que é que nós temos ouvido falar também nos últimos tempos, sobretudo nos últimos tempos apesar de já ter ocorrido há dois meses atrás, foi o famoso IMI solar, o IMI das vistas, aquele que na calada da noite, com os portugueses a apanhar sol, o Governo por decreto-lei simplesmente aplicou, aprovou em Conselho de Ministros, mandou publicar e entrou em vigor. -----

--- Ainda agora o senhor deputado Paulo Costa nos dizia: “mas nós queremos mais, nós queremos que as casas devolutas sejam agravadas três vezes” pelo simples facto de estarem devolutas. Não importa porque é que está devoluta! Não importa que esteja devoluta porque não se consegue vender! Não importa que esteja devoluta porque o seu proprietário não tem condições para a recuperar! Não importa! O que importa é o saque fiscal. -----

--- É este o quadro que temos estado a falar em termos nacionais. Mas senhores deputados, os impostos não sobem e este facto é importante, até porque em termos comparáveis, e aqui em termos comparáveis é comparar com municípios da nossa região, da nossa dimensão e da nossa importância. Eu sei que os senhores deputados são tentados a compararem-se com

Lisboa, com o Porto e eventualmente com outras cidades mais a sul, mas a verdade é que uma comparação para ser ajustada é para a mesma realidade, pelo menos aproximadamente em termos económicos e sociais. E por isso eu peço-vos, comparem-se com Braga, Guimarães ou Barcelos, e digam-me qual destes municípios tem um tratamento mais favorável para as famílias e para as empresas que V. N. de Famalicão! E eu não estou a falar apenas do IMI, eu posso falar também do IMI familiar se quiserem e vão ver se alguma delas tem um tratamento mais favorável! Não tem não, senhores deputados! Mas por uma segunda razão, porque o princípio da estabilidade fiscal é uma boa notícia, é que a manutenção do mesmo quadro tributário reforça o clima da confiança, aquilo que já aqui foi referido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal e pelo meu colega de bancada Álvaro Oliveira, os famalicenses, as famílias, as empresas, sabem exatamente aquilo com que podem contar, e o que podem contar, é que não terão aumento de impostos. Essa promessa eleitoral está a ser amplamente cumprida. -----

--- A manutenção do mesmo quadro tributário é sinal, e aqui é muito importante, é sinal de que a Câmara Municipal não alienou, nem condicionou, a sua própria capacidade de definir e de executar a sua política fiscal. Não sei se sabem, há dezenas de municípios que não têm essa liberdade, por força do recurso a instrumentos de recuperação financeira, municípios alguns do nosso distrito, não tem sequer a liberdade de fixar as taxas nem mínimas, nem menos mínimas, é mesmo no máximo! Eu sei que muitos dão pouca importância a esse fator, nós não damos! Nós não damos! -----

--- Quarta razão para a importância da estabilidade fiscal, é que os famalicenses sabem e sabem bem, o esforço financeiro que a Câmara Municipal está a fazer para que as famílias e as empresas paguem o mínimo. Não tenham dúvidas, os famalicenses têm consciência de que a Câmara tudo faz, para que os impostos sejam o que são e que esse esforço é de que seja o menor possível. Reconhecem esse esforço redistributivo de que aqui já se falou, reconhecem que esse esforço redistributivo é aplicado a esta receita e que esta receita também é afetada aquilo que chamamos ao investimento competitivo do município nas mais variadas áreas. Não é apenas em questões sociais, é também na habitação, é também na cultura, é na educação, é também naquilo que são investimentos que possam ajudar a economia a crescer. Por isso eu diria que, em jeito de conclusão, que Vila Nova de

Famalicão e as famílias reconhecem que a Câmara Municipal tem feito de facto esse esforço e esse reconhecimento é visível. Não é porque a coligação ganhou as eleições e com uma larga maioria, não é por isso, é por outro fator, é que em Vila Nova de Famalicão são cada vez mais as famílias que aqui decidem construir o seu porto de abrigo. Há municípios em que isso não acontece! Guimarães perde população! Famalicão nos últimos censos aumentou a sua população! Isto é um fator, é um facto relevante quando nós sabemos aquilo que é o grave problema do declínio demográfico em Portugal. É também o reconhecimento das empresas, e vale a pena aqui citar, referir e salientar que somos o terceiro concelho mais exportador do país. Dirão, estamos cansados de ouvir isso, pois é, mas em 2016, reparem bem neste valor, é expectável que o volume de vendas este ano ao exterior chega aos 1,9 mil milhões de euros! Será isto fator de desconfiança na Câmara Municipal de V. N. de Famalicão na sua política fiscal? Não é seguramente!-----

--- Para terminar, V. N. de Famalicão e a Câmara Municipal, não é apenas reconhecida como uma autarquia familiarmente responsável, é e sê-lo-á cada vez mais uma autarquia fiscalmente responsável.”-----

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:-----

--- “Antes de responder ao senhor deputado Jorge Oliveira, responder não, só trocamos aqui umas breves impressões, referia aqui ao senhor deputado Carlos Carvalho que relativamente às percentagens que eu apresentei são diferentes das que apresentou, mas as que eu tirei são do relatório de contas desta Câmara. Portanto, as percentagens que eu tirei relativamente á receita de quanto é que vale são do relatório de contas. E se pegarmos nestas comparativas que usou com as minhas, vemos realmente que nós temos razão. Eu não ponho em causa onde as foi buscar, mas as minhas são dos relatórios da Câmara que todos nós aqui aprovamos. -----

--- Senhor deputado Jorge Oliveira, só uma questão, eu por acaso tinha-me esquecido de falar, ainda bem que falou do chamado IMI das vistas, como lhe chamou aqui, primeiro já existe, não é de agora, não é novo, o que muda é a sua ponderação. Nuns casos sobe, noutros casos baixa. E acho que podemos aproveitar a situação para poder aqui fazer um esforço, fazer um apelo ao senhor Presidente da Câmara, a nova avaliação só acontecerá, se alguém a requisitar! Como não acredito que os municípios vão requerer uma avaliação em

que vão pagar mais, o que pedimos é que a Câmara ceda à tentação de angariar mais receita e que assuma o compromisso que não irá fazer essa reavaliação. Mas caso não se ceda à tentação e queira ir buscar, convém também relativizar as coisas, é que a taxa de IMI em Famalicão é cerca de 20% superior ao valor mínimo, e mesmo esse aumento, seria sempre compensado por uma baixa da taxa de IMI. Números são números, não enganam. Portanto, o IMI efetivo a pagar só aumentará se esta Câmara quiser, isso é uma conclusão.-----

--- Só em atalho de foice senhor deputado Jorge Oliveira, falou da questão das empresas e das vendas, o segundo concelho em Portugal é Palmela, salvo erro, e todos sabemos, felizmente, porque é que Famalicão tem esses valores, felizmente temos uma grande empresa multinacional aqui em Famalicão.”-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Senhor deputado Jorge Oliveira desculpe lá, mas eu acho que fez aqui um bocado o papel do “burro sem elas” do mauzinho, mas esta coisa do imposto sobre o património, do pretenso imposto sobre o património que está pelos vistos na forja ou fala-se nele, não é uma coisa nova, pelos vistos! Esta situação já vem de trás também! Temos que considerar que já houve um governo anterior que já foi falando nisso, “que é preciso também taxar o imposto patrimonial...”. Mas vamos ao que interessa, o que interessa aqui no fundamental, é esta questão do IMI, e esta questão do IMI a nosso ver, ela deve estar relacionada sempre, mais uma vez, com o critério mínimo de justiça. Ora, se nós na verdade considerarmos que cada cidadão, no que diz respeito aos impostos, que ninguém gosta de facto de pagar porque são impostos, mas que eles devem ser distribuídos por forma equitativa, genericamente de acordo com os rendimentos, de acordo com a sua capacidade, de acordo com as suas possibilidades, de facto há aqui uma contradição! No IMI não se pode baixar nem que seja um bocadinho, mas não se pode crescer na derrama, não se pode tocar naqueles que são considerados os intocáveis!!! Isto é que é de facto muito ingrato e é de facto mesmo muito injusto! Não se trata aqui de colocar o problema entre ricos e pobres, mas sim e justamente entre aqueles que podem mais, relativamente àqueles que de facto não podem tanto! Na verdade o IMI, que diz respeito praticamente a toda a gente que tem casa, que tem terreno, que tem imóveis, diz respeito a toda essa gente, achamos que era bom dar um sinal por parte desta Câmara, e esse sinal ir ao encontro, não pelo facto de haver um ou dois filhos, porque

isso de facto para nós não interessa absolutamente nada, porque o pobre e o rico têm filhos, não é por aí que se faz justiça fiscal, onde neste caso concreto se faz justiça fiscal é se de facto, pelo menos, pudermos e a Câmara puder no âmbito daquilo que se pode considerar a média do cidadão comum que tem um prédio que vale 70, 80, 90, 100 ou cento e tal mil euros, neste âmbito médio, considerar-se que a Câmara pode ou não pode reduzir a esta taxa, que é um fator multiplicativo e que vai incidir e que vai dar uma poupança significativa ao munícipe, ir buscá-la àqueles que mais podem na derrama acima do volume de negócios que nós propusemos de 500.000€ ou até porventura mais acima caso fosse de ver um número mais correto. Portanto, aqui o problema é de facto a justiça fiscal! E se nós estamos aqui imbuídos de um espírito de fazer alguma justiça fiscal, esta é uma delas! A nosso ver, pensamos que não é tão correto ir pela via que aqui se propõe de ter dois filhos, ou ter três filhos, porque isso diz respeito a todo o mundo, seja rico ou seja pobre, é sim pelo património que tem!”-----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA VIGORAR NO ANO DE 2016, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2017, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR E QUINZE ABSTENÇÕES.-----

--- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUIS ÂNGELO OLIVEIRA) – disse:-----

--- “Senhores deputados, a Mesa propõe, caso não haja oposição de nenhum senhor deputado, sendo que do ponto cinco ao ponto nove são compromissos plurianuais, que se vote em separado, mas a discussão seja em conjunto de forma a agilizarmos o pouco tempo que temos. -----

--- Posta à votação a proposta apresentada pela Mesa da Assembleia, foi a mesma aprovada, por unanimidade. -----

--- QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO

COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO AO SERVIÇO DE TRANSPORTES PÚBLICOS PARA O “PASSE SÉNIOR FELIZ”, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 230.000.00€, ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **CARLA FARIA (PS)** – Relativamente ao ponto nove disse o seguinte:-----

--- “Considerando que esta Câmara ainda vai proceder à abertura de um procedimento à prestação de serviço de faturação,-----

--- Considerando que é imperioso, como diz aqui na proposta, e necessário garantir a sua segurança e confidencialidade dos dados pessoais, assegurar a proteção e a segurança da informação tratada pelo prestador do serviço, nós gostaríamos que nos esclarecesse, senhor Presidente da Câmara, por que razão é que já foi feita a relação da migração de dados por uma das empresas candidatas, uma vez que é uma autorização, o processo ainda não está concluído, porque é que já está feita essa migração de dados?” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Senhora deputada, eu não percebi a palavra migração, mas penso que quer dizer que há uma empresa que tem acesso aos dados, é isso que quer dizer? Eu só não percebi a expressão migração, mas percebi o sentido da sua pergunta. Senhora deputada, como sabe, enquanto o procedimento concursal não se conclui, o serviço tem de ser prestado. A Câmara Municipal neste caso, como em muitos outros, esta e todas as outras, recorrem nomeadamente à solução do ajuste direto, para que o serviço seja contratado, enquanto o procedimento concursal não se conclui! É exatamente o que está a acontecer aqui. Acontece neste procedimento concursal e em muitos outros! Como há o ajuste direto que é uma solução concursal tão válida como qualquer outra, embora provisória, porque a validade do mesmo está dependente da conclusão do concurso público, a empresa que presta o serviço pode ou não ser concorrente ao concurso público, nós não podemos limitar o acesso ao concurso público, como sabe, essa empresa tem acesso aos dados, portanto não há aqui nada de...” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Relativamente ao ponto cinco, sobre a abertura do procedimento do concurso público internacional para o Passe Sénior Feliz, já nos pronunciamos sobre isto no que diz respeito à

moção apresentada e que não foi tida em conta, que não foi aprovada, lamentavelmente pensamos que apesar de tudo é sempre importante que estes munícipes da terceira idade tenham naturalmente a possibilidade de viajarem, de circularem com preços mais reduzidos no caso cerca de 50%, portanto nesta situação, não nos resta outra forma se não acolher esta mesma proposta, embora fique muito aquém daquilo que muito desejaríamos como já foi aqui referido. -----

--- No ponto seis, achamos que este procedimento em causa, para prestação de serviços a ser feito por via de uma empresa privada, cremos nós que não fará muito sentido, porque a nosso ver a Câmara pode perfeitamente recorrer, enfim, aos seus próprios serviços para proceder a este tipo de serviço necessário para a cópia e impressão da sua atividade, achamos portanto que não vemos aqui grandes motivos para entregar estes serviços a gente de fora. -----

--- Relativamente ao fornecimento de energia elétrica para diversas instalações municipais, aqui o que achamos que é importante é que naturalmente em relação aos edifícios propriamente ditos do município, achamos que é correto, os chamados edifícios municipais. Quanto aos escolares, para nós é um pouco aquilo que costumamos dizer, quem deveria proceder ao pagamento desta energia elétrica, deveria ser o Estado e não a Câmara Municipal. Achamos, portanto, que aqui enferma, a nosso ver, de um procedimento escusado, dado que deveria competir ao Estado assegurar esta despesa. -----

--- No ponto oito, nós pensamos que por muita consideração que possamos ter pelos clubes de futebol, em relação ao Ribeirão Futebol Clube, o problema que se coloca aqui é a manutenção e até pelos vistos já uma manutenção que passa pela retirada do relvado sintético e a instalação de um novo, achamos que isto passa a ser um problema recorrente em todos os outros clubes. Não conseguimos perceber porque é que tem de ser relvado sintético e não relvado natural, porque ainda não foi aqui garantida qualquer situação em que a relva natural tivesse a sua manutenção mais dispendiosa. Achamos por bem que não deveremos votar a favor deste apoio financeiro, sendo certo que este apoio financeiro é solicitado em face de um projeto mais abrangente e mesmo assim pensamos que a Câmara não procede corretamente no sentido de vir a apoiar o investimento de um relvado sintético numa situação deste género.-----

--- Finalmente, na proposta número nove, também achamos que recorrer a um serviço exterior para a faturação e gestão integrada dos serviços de abastecimento de água e tratamento de águas residuais e resíduos sólidos, achamos que na verdade se até aqui foi esta Câmara que procedeu a este serviço, achamos despropositado o entregar este serviço a alguém da iniciativa privada. A nosso ver, isto é mais uma descredibilização, digamos assim, da função que é cometida a uma entidade pública que é a Câmara Municipal, e não a uma entidade privada como aqui se pretende. Por outro lado, também não sabemos em que medida é que o impacto destas situações podem vir a causar no futuro, a necessidade do município, como às vezes diz prescindir de trabalhadores, ou despedir trabalhadores, ou haver mútuos acordos de despedimento, exatamente porque depois falta local de trabalho para esta gente.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Relativamente ao ponto seis só recomendaríamos uma progressiva e crescente digitalização do expediente do município que certamente resultaria numa poupança nestes montantes que ainda são consideráveis. -----

--- Relativamente ao ponto oito e não é nenhuma sanha persecutória da parte do Bloco de Esquerda relativamente ao futebol, mas, e sabendo que o futebol tem uma relevância social considerável, não só pelo número de espectadores, mas também pelo número de praticantes e por isso alguma diferença terá, mas eu penso que não deveremos discriminar de uma forma abusiva o futebol, discriminar favoravelmente. Vou chamar a atenção para que, não se deve financiar estruturas mais ou menos profissionalizadas da prática desportiva a coberto de melhoramentos e, nesse sentido, eu apelo sempre que o município seja cioso nestes financiamentos.” -----

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO AO SERVIÇO DE TRANSPORTES PÚBLICOS PARA O “PASSE SÉNIOR FELIZ”, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 230.000.00€, ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.***-----

--- **SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIA E IMPRESSÃO, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 432.000,00 €, ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIA E IMPRESSÃO, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 432.000,00 €, ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA COM CINQUENTA E OITO VOTOS A FAVOR, UM CONTRA E UMA ABSTENÇÃO.**-----

--- **SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS E INSTALAÇÕES DO PROGRAMA APROXIMAR, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 2.121.000,00 €, ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS E INSTALAÇÕES DO PROGRAMA APROXIMAR, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 2.121.000,00 €, ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E NOVE VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.**-----

---OITAVO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE GLOBAL DE 210.000,00€, PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS DE MELHORAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO E OBRAS COMPLEMENTARES, ASSIM COMO, A CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A SANITÁRIOS, ARRUMOS E BAR, À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA RIBEIRÃO 1968 F. C., TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE GLOBAL DE 210.000,00€, PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS DE MELHORAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO E OBRAS COMPLEMENTARES, ASSIM COMO, A CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A SANITÁRIOS, ARRUMOS E BAR, À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA RIBEIRÃO 1968 F. C., TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E OITO VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E DUAS ABSTENÇÕES.-----

--- NONO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE GLOBAL DE 316.000,00€, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DA FATURAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS SÓLIDOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE GLOBAL DE 316.000,00€, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DA FATURAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS SÓLIDOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA COM

QUARENTA E OITO VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E DOZE ABSTENÇÕES. -----

--- **DÉCIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO COM AS FREGUESIAS DE VERMOIM, REQUIÃO, VILARINHO DAS CAMBAS, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SEIDE E UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESMERIZ E CABEÇUDOS, PARA A GESTÃO E FORNECIMENTO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E GESTÃO DAS VERBAS DAS PARTICIPAÇÕES FAMILIARES DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR PARA OS ANOS LETIVOS 2016/2017 E 2017/2018, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU) – disse:** -----

--- “Iremos votar favoravelmente esta proposta dos contratos interadministrativos, entregando às freguesias, ou a um conjunto de freguesias as competências necessárias para se proceder ao pagamento das refeições escolares, etc., etc., sendo certo que continuamos em crer que esta delegação de competências passe obrigatoriamente e necessariamente, pelo apoio financeiro no que diz respeito aqui às questões que se relacionam com as refeições e etc..” -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO COM AS FREGUESIAS DE VERMOIM, REQUIÃO, VILARINHO DAS CAMBAS, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SEIDE E UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESMERIZ E CABEÇUDOS, PARA A GESTÃO E FORNECIMENTO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E GESTÃO DAS VERBAS DAS PARTICIPAÇÕES FAMILIARES DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR PARA OS ANOS LETIVOS 2016/2017 E 2017/2018,**

TUDO NOS TERMOS DE RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

--- **DÉCIMO PRIMEIRO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ALIENAÇÃO DA PARCELA DE TERRENO, COM A ÁREA DE 3384 METROS QUADRADOS, SITA NO LUGAR DE SINÇÃES, RUA BARÃO DE JOANE, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)* -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “No âmbito desta proposta já não pensamos como na anterior, pensamos de facto que alienar este bem, passá-lo para a privada, é uma perda para o município porque, a nosso ver, naquele local, há possibilidades, há condições se assim a Câmara quiser apostar e porventura colher a nossa ideia, de considerar ainda a seguinte hipótese: como sabem naquele local está situado o acesso à chamada zona da Ribeira e naquele lote, particularmente naquele lote, poder-se-ia instalar uma valência que permitisse aos cidadãos que usufruem do chamado Parque de Sinçães e também Parque da Devesa nas suas andanças desportivas, possibilitaria no âmbito das suas intervenções quer desportivas, quer de outro âmbito, no final das mesmas usufruírem de um local onde pudessem tomar o seu próprio duche, nuns balneários que ali pudessem ser construídos. Mas a questão não se prende diretamente com isto. Muito mais que isto era a possibilidade, porque pensamos que o espaço permite isto, da construção de dois espaços que permitissem efetuar jogos de badminton, jogos de andebol, ou a construção de um polivalente, ou até mesmo um court de ténis, que possibilitasse a muitos dos cidadãos, sobretudo da zona do Bairro de S. Vicente, da parte baixa de Gavião, em toda aquela área envolvente, de Antas inclusive, sem necessidade de virem para o centro da cidade, usufruírem porventura desse mesmo espaço. Aquilo a que poderíamos ir mais longe, se a Câmara apostasse, isto sim, era na compra do terreno pertencente a Mota & C.^a que é adjacente a este, e se o fizesse, porque não ali um pavilhão, com a aposta de um pavilhão multiusos, pavilhão esse que aliás foi apanágio em 2001 por parte da então coligação PSD/CDS que apostava fortemente numa estrutura deste

género, e que naquele local seria certamente muito bem-vinda para toda aquela área populacional, não necessitando assim de recorrer à chamada baixa famalicense da cidade.---

--- Neste sentido, aquilo que de facto achamos que era bom, era que a Câmara repensasse sobre esta proposta de alienação e porventura recuasse na mesma, porque achamos que esta alienação é algo que é desnecessário efetuar-se. É um bem patrimonial do município, que em qualquer momento e sobretudo se quisesse acolher esta nossa ideia ou esta nossa proposta podia levá-la por diante. Isto já para não falar, indo mais longe, porventura, na possibilidade até de..., mas isso seria para outra altura, que é o facto de existir junto a este lote, que pertence a um construtor, um outro que era a antiga quinta da chamada D. Irene, agora pertença, cremos, de um outro empreiteiro e que dadas as circunstâncias e as condições daquela área, não seria deixar de pensar-se que aquela área juntamente com esta, possibilitavam uma envolvência maior para a Quinta de Sinções que é usufruída por muitos utentes, cremos nós, mas a nossa proposta é ainda na criação de um pequeno jardim botânico, se se fosse ao encontro da alienação, isso sim, desta parcela de terreno que era propriedade, em tempos idos, de uma tal D. Irene. É por isso que achamos que esta alienação que a Câmara pretende fazer é lamentável na medida em que o município está a entregar à privada, digamos assim, outras hipóteses que nada tem a ver com isto e que os munícipes nada vão lucrar com isso, bem pelo contrário, e quem irá lucrar será a entidade que ficar com este espaço.” -----

--- **TAVARES BASTOS (PS)** – disse:-----

--- “Este assunto do Parque de Sinções é talvez o assunto que se arrastou durante mais tempo, 40 anos. É do tempo em que eu era vereador na Câmara, tem-se vindo a arrastar sucessivamente ano após ano. Eu tinha duas alternativas, ou estava aqui uma hora a falar e não me repetia, porque são inúmeros os episódios, ações judiciais, acordos, contratos, permutas, enfim, todo um manancial político que é possível...., ou então vou gastar quinze segundos, prometo que só vou gastar quinze segundos, os primeiros cinco é para dizer que voto contra, os segundos é para dizer a mesma coisa e o terceiro é igual. E se estivesse mais meia dúzia de meses era sempre igual. “ -----

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ALIENAÇÃO DA PARCELA DE TERRENO, COM A ÁREA***

DE 3384 METROS QUADRADOS, SITA NO LUGAR DE SINÇÃES, RUA BARÃO DE JOANE, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR, DOIS CONTRA E TREZE ABSTENÇÕES. -----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

--- Para este período inscreveu-se e usou da palavra a senhora D. Filomena Antunes, residente em Fradelos que falou sobre os impostos e das más condições em que se vivia em Fradelos mesmo pagando impostos.-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – solicitou a aprovação de todas as deliberações ali tomadas em minuta de ata, o qual foi aceite unanimemente. -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às zero horas e trinta e cinco minutos.-----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO**-----

-----**O SECRETÁRIO**-----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:-----

--- Registo de Presenças; -----

--- Duas moções apresentadas pelo grupo municipal da CDU;-----

--- Um voto de recomendação e dois votos de congratulação apresentados pelo grupo municipal do PSD;-----

--- Um voto de pesar apresentado pelo grupo municipal do PS; -----

--- Documentos referentes aos pontos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez e onze;-----

--- Minutas de atas referentes aos pontos, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez e onze.-----
